

Ana Cláudia Monteiro Andrade

**Impacto da crise nas respostas/medidas de
combate à pobreza e exclusão social no distrito
de Coimbra**

Relatório de Estágio em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Pedro Hespanha,
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra/2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ana Cláudia Monteiro Andrade

Impacto da crise nas respostas/medidas de combate à pobreza e exclusão social no distrito de Coimbra

Relatório de Estágio em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Pedro Hespanha,
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que estiveram do meu lado para a realização deste trabalho, sem a colaboração e o apoio de diversas pessoas nada disto teria sido possível.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador académico, Professor Doutor Pedro Hespanha, pela sua orientação, apoio, incentivo e disponibilidade demonstrado ao longo de todo o trabalho.

O meu bem-haja à minha orientadora de estágio, Dr^a Elisabete Pina, não só pelos conhecimentos profissionais que me transmitiu como também por ter depositado em mim a confiança mais que necessária para a realização dos objetivos do meu estágio. Agradeço também a toda a equipa do Núcleo de Intervenção Social do Centro Distrital de Coimbra pela forma como me recebeu e por me ter permitido integrar na equipa.

Agradeço ao diretor da FEUC, Dr. José Reis, assim como aos Coordenadores do Mestrado em Sociologia da FEUC que se tornaram peças fundamentais para a conclusão do meu percurso, muito obrigada por todo o empenho e apoio.

Quero agradecer às minhas amigas Fátima Silva, Mariana Caramelo e Soraia Correia que me acompanharam ao longo de todo o percurso académico. Um obrigada especial à Mariana porque juntas conseguimos enfrentar, lutar e ganhar os obstáculos que nos colocavam dia após dia para a realização dos nossos trabalhos.

Por último, um agradecimento especial aos pilares da minha vida são eles os meus pais, madrinha e irmãos, João e Beatriz. Obrigada por todo o vosso esforço e apoio no decorrer desta etapa, que apesar dos entraves, vocês sempre me incentivaram a superá-los porque acreditaram que eu seria capaz. Muito obrigada por estarem sempre presentes. Assim como agradeço a toda a minha família e amigos pelas palavras constantes de incentivo, que se tornaram fundamentais ao longo deste meu percurso.

Índice

Agradecimentos	ii
Lista de Siglas.....	vii
Resumo	viii
Abstract.....	ix
Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico	2
1.1. Pobreza e Exclusão Social em Portugal	2
1.2. Estado-Providência e as Políticas Sociais de combate à Pobreza e Exclusão Social.....	4
1.3. O combate à Pobreza e Exclusão Social no domínio da Segurança Social - Ação Social	6
1.4. Rede Social	8
2. Caracterização da Instituição	11
2.1. O Sistema de Segurança Social	11
2.2. O Instituto da Segurança Social.....	12
2.2.1. Estrutura orgânica do ISS,IP	13
2.2.2. O Centro Distrital de Coimbra – Estrutura Orgânica	13
3. Estudo: O impacto da crise nas respostas/medidas de combate à Pobreza e Exclusão Social no Distrito de Coimbra	16
3.1. Principais respostas/medidas a analisar	16
3.1.1. Família e Comunidade.....	17
3.1.2. Pessoas Idosas	17
3.1.3. Dependência	18
3.1.4. Infância e Juventude.....	18
3.1.5. Outras Prestações dependentes da verificação da condição de recursos	18
3.1.6. Outras respostas sociais por população-alvo.....	19
3.2. Impacto da crise na procura dessas respostas/ medidas no distrito de Coimbra	20

3.2.1. Análise comparativa da execução das medidas entre o período de 2009 a 2012	20
3.2.2. Análise dos dados dos inquéritos aos principais agentes/parceiros destas medidas	47
3.3. Novas estratégias implementadas face ao contexto de crise	54
4. Estágio na Unidade de Desenvolvimento Social e Programas	57
4.1. O Núcleo de Intervenção Social.....	57
Conclusão.....	60
Referências bibliográficas	62
Anexos.....	65
Anexo I: Taxa de Beneficiários de RSI	66
Anexo II: Beneficiários titulares de RSI por escalão etário, por Distrito	67
Anexo III: Agregados Familiares por tipo de família, por Distrito - RSI	67
Anexo IV: Agregados Familiares por dimensão de família - RSI	67
Anexo V: Agregados Familiares por tipo de família- Ação Social	68
Anexo VI: Entidades sinalizadoras no distrito de Coimbra - CPCJ	68
Anexo VII: Guião de Inquérito	69
Anexo VIII: Análise de Conteúdo - Inquéritos	73

Índice de Gráficos

Gráfico 1 -Variação Anual de Beneficiários/ Agregados Familiares de RSI .	21
Gráfico 2- Evolução de requerimentos entrados de RSI, no distrito de Coimbra	22
Gráfico 3- Evolução de Requerimentos da prestação - RSI	24
Gráfico 4- Média Anual de Agregados Familiares acompanhados em Ação Social.....	28
Gráfico 5- Evolução do número de Processos Familiares de Ação Social...	28
Gráfico 6 - Número de beneficiários do PCAAC.....	33
Gráfico 7- Número de beneficiários do PCAAC no distrito de Coimbra	33
Gráfico 8- Número de utentes da RNCC no distrito de Coimbra	36
Gráfico 9- Distribuição dos utentes admitidos pelas unidades de tipologia..	37
Gráfico 10- Número de crianças e jovens acompanhadas no Distrito de Coimbra	38
Gráfico 11- Caracterização das crianças e jovens acompanhadas em função do sexo no Distrito de Coimbra	39
Gráfico 12- Evolução de Requerimentos Entrados do CSI, no distrito de Coimbra	41
Gráfico 13- Variação Anual do Nº de Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego	43
Gráfico 14- Variação dos Processos Entrados do Subsídio Social de Desemprego	46
Gráfico 15- Entidade parceira	49
Gráfico 16- Nível Hierárquico na Instituição	49
Gráfico 17- Situações que explicam a pobreza no distrito de Coimbra.....	50
Gráfico 18- Instituições competentes pela erradicação da pobreza no distrito de Coimbra	51
Gráfico 19- Perceção das principais respostas/medidas de Política Social .	51
Gráfico 20- Respostas/medidas com aumento de procura nos últimos quatro anos (2009-2012), no distrito de Coimbra	52
Gráfico 21- Classificação das respostas/medidas de combate à pobreza no distrito de Coimbra	53

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Número de Novos Processos Familiares de Ação Social	29
Tabela 2 – Número de apoios económicos processados	30
Tabela 3 – Ações contratualizadas	30
Tabela 4 – Linha Nacional de Emergência Social	34
Tabela 5 – Variação do Número de Sinalizações	38
Tabela 6 – Beneficiários de CSI, face ao Total da População	40
Tabela 7 – Número de Requerimentos Deferidos, Indeferidos e Arquivados do CSI, no distrito de Coimbra.....	42
Tabela 8 – Requerimentos deferidos com prestação suspensa	42
Tabela 9 – Número de Beneficiários das Prestações de Desemprego	44
Tabela 10 – Taxa de Desemprego de Portugal	45

Lista de Siglas

APIFARMA	Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica
CAT	Centro de Acolhimento Temporário
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CSI	Complemento Solidário para Idosos
FEUC	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P.
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS,IP.	Instituto da Segurança Social
LNES	Linha Nacional de Emergência Social
PAQPIEF	Programa de Apoio e Qualificação da Medida de Programa Integrado de Educação e Formação
PCAAC	Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados
PERA	Programa Escolar de Reforço Alimentar
PIEF	Programa Integrado de Educação e Formação
RSI	Rendimento Social de Inserção
SESS	Sistema de Estatística da Segurança Social
SSD	Subsídio Social de Desemprego

Resumo

O presente relatório foi resultado de um estágio curricular realizado durante quatro meses no Núcleo de Intervenção Social do Centro Distrital de Coimbra / Instituto da Segurança Social, I.P., no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O estágio teve uma componente de formação e aquisição de experiência profissional e uma componente de estudo, com o objetivo de analisar o impacto da crise nas respostas/medidas sociais geridas pela segurança social, nomeadamente as de combate à pobreza e exclusão social no distrito de Coimbra nos últimos quatro anos (2009-2012).

Palavras-chave: Pobreza, exclusão social, Segurança Social, crise

Abstract

The present report was the result of a traineeship of four months in Service for Social Intervention at the Central for Social Security of the District of Coimbra / Institute of Social Security, I.P., included in the Master's Degree in Sociology at the Faculty of Economy in University Coimbra.

The traineeship had both a training component for acquisition of professional experience and a component of the study, aiming to analyze the impact of the crisis during the last four years (2009-2012) on the programmes managed by social security regional services, in the framework of the fight against poverty and social exclusion in the district of Coimbra.

Key words: Poverty, social exclusion, Social Security, crisis

Introdução

O presente relatório foi resultado de um estágio curricular realizado durante quatro meses no Núcleo de Intervenção Social do Centro Distrital de Coimbra / Instituto da Segurança Social, I.P., no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O estágio teve uma componente de formação e aquisição de experiência profissional e uma componente de estudo, com o objetivo de analisar o impacto da crise nas respostas/medidas sociais geridas pela segurança social, nomeadamente as de combate à pobreza e exclusão social no distrito de Coimbra nos últimos quatro anos (2009-2012).

O relatório encontra-se dividido em quatro capítulos: o primeiro capítulo refere-se ao enquadramento da temática da pobreza e da exclusão social em Portugal, onde são tratadas as questões como o desenvolvimento das políticas sociais em Portugal, a análise do combate à pobreza e exclusão social no domínio da Segurança Social bem como do programa Rede Social, enquanto um dos instrumentos de política social de combate à pobreza e exclusão social.

O segundo capítulo diz respeito à caracterização da instituição bem como do núcleo que me acolheu para estágio, onde apresento informação relativa ao Sistema de Segurança Social, ao Instituto de Segurança Social, ao Centro Distrital de Coimbra e ao Núcleo de Intervenção Social.

O terceiro capítulo incide na exposição do estudo “O impacto da crise nas respostas/medidas sociais de combate à pobreza e exclusão social geridas pela Segurança Social, no distrito de Coimbra”, no qual indico a metodologia utilizada e os resultados obtidos.

O quarto capítulo consiste na descrição pormenorizada das atividades realizadas durante o estágio, bem como algumas reflexões finais acerca do estágio.

1. Enquadramento Teórico

1.1.Pobreza e Exclusão Social em Portugal

A recente crise que o país atravessa colocou os sistemas de proteção social num desafio, o de ter que dar resposta a níveis de pobreza e exclusão cada vez maiores num contexto de recursos públicos reduzidos. Pese embora o êxito dos sistemas de proteção social em responder às necessidades mais imediatas da população decorrentes da crise, uma proporção significativa de pessoas com baixos rendimentos tem acesso limitado a redes de segurança social. É de acordo com este cenário que o conceito de pobreza e exclusão social são o reflexo deste panorama.

O conceito de pobreza centra-se na ausência de recursos considerados numa perspetiva multidimensional (natureza económica, social, cultural, política e ambiental). Recorrendo a Luís Capucha (2005) existem três definições de pobreza no âmbito socioeconómico, pobreza absoluta, pobreza relativa e pobreza subjetiva. A pobreza absoluta prende-se com os recursos disponíveis de modo a garantir a subsistência dos indivíduos, já a pobreza relativa relaciona-se com a inacessibilidade dos recursos que permitam viver dignamente de acordo com os modelos de conforto genericamente difundidos numa sociedade, e por fim, a pobreza subjetiva tem por base as representações da população acerca do que é ser pobre, de quem são os pobres ou, por outro lado, da perceção dos indivíduos acerca da sua própria situação (Capucha, 2005).

Relativamente ao conceito de exclusão social este é definido como um efeito das desigualdades numa sociedade (Rodrigues *et al.* 1999). Para Alfredo Bruto da Costa (2007) existem cinco tipos de exclusão social: tipo económico, social, cultural, de origem patológica e por comportamentos auto-destrutivos. A exclusão de tipo económico caracteriza-se pela escassez de recursos, enquanto a exclusão de tipo social refere-se a uma situação de privação de tipo relacional como o isolamento de alguns idosos, doentes ou deficientes. A exclusão de tipo cultural aplica-se a fenómenos como o racismo e a xenofobia,

ou então quando é dificultada a integração social de indivíduos como os ex-reclusos. Relativamente ao tipo de exclusão de origem patológica deve-se a fatores de natureza psicológica ou mental, que podem nalguns casos causar ruturas familiares e na comunidade pelo facto de esses doentes manifestarem comportamentos agressivos e não serem aceites no seio familiar ou na comunidade. Por fim, a exclusão por comportamentos auto-destrutivos deriva de comportamentos relacionados com a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, entre outros.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (2013) a população em risco de pobreza em 2011 era cerca de 17,9%. Atualmente estima-se que cerca de 2,6 milhões de pessoas se encontrem em risco de pobreza e exclusão social¹. Face a estes números alarmantes de pobreza nas suas múltiplas dimensões, interessa decifrar as principais causas que explicam como os indivíduos e as famílias se tornam socialmente excluídos, como a falta de rendimento e de recursos materiais, o acesso inadequado a certos serviços básicos e ainda, a exclusão do mercado de trabalho e a fraca qualidade do trabalho. De um modo geral certas categorias da população estão mais expostas à pobreza ou à exclusão. De acordo com Anthony Giddens, isso acontece com “os desempregados ou empregados com postos de trabalho precários, os idosos, os doentes e deficientes, as crianças, as mulheres, os membros de grandes famílias ou de famílias monoparentais e ainda os membros de minorias étnicas” (Giddens, 2007:317). Outros autores como João Ferreira de Almeida *et al.* (1992) e Luís Capucha (2005) caracterizam os grupos mais vulneráveis à pobreza e à exclusão em Portugal como os grupos com “handicap” específico; pessoas com deficiência; imigrantes; grupos “desqualificados”; desempregados de longa duração; trabalhadores com qualificações baixas ou obsoletas; idosos; famílias monoparentais, grupos à margem; pessoas sem-abrigo, toxicodependentes e ex-toxicodependentes; jovens em risco; detidos e ex-reclusos.

¹ É de notar que a informação estatística sobre o fenómeno da pobreza, resulta do inquérito anual às condições de vida (SILC) mas regista um grande atraso na sua difusão devido ao rigoroso controle de fiabilidade dos dados imposto pelo EUROSTAT

1.2. Estado-Providência e as Políticas Sociais de combate à Pobreza e Exclusão Social

No caso português importa reconhecer, para a compreensão dos fenómenos de Pobreza e Exclusão Social em Portugal e as subseqüentes políticas sociais, que o Estado-Providência, em Portugal, tem um carácter tardio e limitado, nunca se tendo constituído verdadeiramente como um Estado-Providência (Boaventura de Sousa Santos, 1990).

Foi só a partir de 1974 que o Estado português começou a desenvolver um conjunto de políticas sociais em domínios como da saúde, da segurança social, da educação e do emprego com carácter de universalidade (ou seja, para todos) que permitem configurá-lo como um Estado redistribuidor da riqueza e promotor da cidadania social. (Ferreira, 1994:62) De facto, só depois de 1974 é que ocorreram importantes transformações na Segurança Social como uma maior abertura dos benefícios à generalidade da população e uma expansão do regime não contributivo, ou seja, de uma proteção social suportada pelos impostos. Antes disso havia políticas assistenciais avulsas e muito dependentes de instituições privadas normalmente ligadas à Igreja (por exemplo, Misericórdias).

Um marco importante foi a constituição de 1976 que consagrou os direitos sociais dos cidadãos e os deveres do Estado de melhoria do bem-estar social e económico da população. É através deste passo político que a universalidade da Segurança Social foi estabelecida como um direito de todo e qualquer cidadão, e que as políticas sociais aspiraram para o modelo tradicionalmente designado de Estado-Providência. (Amaro *et al.*, 2003:42)

Mas o papel do Estado neste domínio ficou aquém do esperado e, em certa medida, a sua fraqueza teve de ser compensada pelas ajudas prestadas através das redes primárias da Sociedade-Providência. (Santos, 1993: 46) Isto significa que apesar dos progressos do Estado na implementação de políticas sociais desde a década de 70, estas por si não bastaram pois geraram fatores/situações vulneráveis à pobreza e de exclusão social a três níveis,

como refere Ferreira (1994). Num primeiro nível: o grau de cobertura das políticas sociais estatais tem-se revelado limitado, na medida em que não abrange alguns setores da população, em especial aqueles que, pela sua marginalização no mercado de trabalho ou pela condição precária ou clandestina do seu emprego, não têm acesso aos benefícios sociais que o Estado confere. Este nível reflete a exclusão formal da cidadania, uma vez que a gestão das desigualdades era insuficiente por parte da própria ação do Estado. No segundo nível: os programas e as medidas assistenciais postas em funcionamento pelo Estado para auxiliar aqueles que não são cobertos pelos regimes gerais da Segurança Social (isto é, aqueles que não têm acesso aos direitos sociais dependentes de contribuições), revelam-se monetariamente insuficientes para permitir o acesso dos seus beneficiários a um padrão de consumo que os coloque acima dos limiares de pobreza. Isto significa que apesar de haver um regime contributivo e um outro não contributivo, era evidente a separação de medidas entre uns e outros. E no terceiro nível: o baixo valor monetário das prestações sociais concedidas a estratos da população a quem é explicitamente reconhecido o direito aos benefícios estatais (reformados, pensionistas) faz com que estes, sempre que dependam exclusiva ou maioritariamente dessas prestações, vivam em situação de eminente privação material e exclusão relativamente à participação nos níveis de consumo dominantes. (Ferreira, 1994:62-63)

Embora este conjunto de problemas tenha estado na base de um relativo recuo da ação providencial, este não implicou que as políticas sociais em Portugal e as preocupações com a proteção social tenham registado um menor percurso evolutivo (Rodrigues *et al.*, 1999:39). Ao invés, colocaram o Estado vinculado a objetivos de redução da Pobreza e da Exclusão Social.

A partir de 1974 e até 1980, a intervenção do Estado português era baseado no regime de proteção social universal, ou seja, baseado no pressuposto de que toda a população é coberta pelo regime contributivo, pelo regime não-contributivo ou pela ação social. (Rodrigues, 2010:207)

Na década de 80 e nas vésperas da entrada para a CEE (Comunidade Económica Europeia), Portugal aprovou em Agosto de 1984 a Lei de Bases da Segurança Social, Lei nº 28/84, que viria a enquadrar de forma consistente, quer os regimes, quer as outras prestações de Segurança Social. Esta tinha como propósito dar corpo a um sistema que se esperava não só mais abrangente, mas também de maior proximidade e garantia face aos cidadãos. (*idem*:207-208)

Na década de 90 assistiu-se a um incremento das preocupações relativamente à pobreza e aos grupos sociais mais vulneráveis, por parte não só das organizações estatais, como também das organizações privadas. Exemplo disso são os programas de luta contra a pobreza, que englobam os correspondentes programas nacional e europeu, os quais têm efeitos nas políticas sociais, no sentido de uma maior participação da sociedade civil, uma maior descentralização das atividades e uma melhor coordenação das políticas. (*idem*:208)

Mais recentemente, a Estratégia Europeia Para a Inclusão Social de 2001 veio a consagrar um conjunto de diretrizes que os Estados-Membros se comprometem a seguir de uma forma relativamente aberta para combater as desigualdades, a pobreza e a exclusão. Neste sentido, os sucessivos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão (PNAI) vieram instituir formas de planeamento social partilhado entre o Estado e as organizações não governamentais que estimulam o aparecimento de projetos destinados a combater a pobreza e exclusão social. (Hespanha, 2012:9)

1.3. O combate à Pobreza e Exclusão Social no domínio da Segurança Social – Ação Social

A pobreza e o combate à sua existência é uma questão central das políticas sociais. Contudo, os resultados têm sido limitados, em boa medida porque “as políticas sociais em Portugal são descontínuas, fragmentadas e sectoriais” (Rodrigues *et al.*, 1999:44). Esta afirmação usada por Eduardo Rodrigues ilustra o desenrolar das políticas sociais em Portugal ao longo dos anos em que

se assistiu a um desenvolvimento de uma maneira descoordenada, muito ao sabor das pressões sociais e políticas e que derivado à falta de uma orientação claramente definida não abrangeu todos os setores da população.

No domínio da Segurança Social têm sido, sobretudo, privilegiados os casos de forte necessidade, como sejam os diversos tipos de pensões e as prestações sociais que têm por função compensar situações de carência que afetam categorias socialmente vulneráveis como, crianças, idosos, deficientes e pobres, e, no domínio da Ação Social, as que visam melhorar as condições de integração social, criando equipamentos de apoio e apoiando programas de luta contra a pobreza. (Lourenço, 2005:27)

A ação social como ramo da política de Segurança Social, corresponde à designação que veio substituir a Assistência Social desde a década de 70, consistindo numa forma de proteção social, destinada a prevenir determinadas situações de carência económica ou social e assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, deficientes e idosos, quando estas situações não sejam ou não possam ser superadas através dos Regimes de Segurança Social. (Artigo 26º da Lei nº4/2007, 16 de Janeiro). Os objetivos que incorpora são portanto dois: prevenir e reparar situações de carência, disfunção e marginalização social e ainda realizar ações e programas destinados a promover a integração social e comunitária. (Hespanha, 2012)

No que se refere às políticas de prevenção e combate à pobreza e exclusão social, estas só se começaram a desenvolver a partir dos anos 80 e beneficiaram muito do impulso europeu, através de diversos programas e projetos que ressaltam a articulação das estratégias europeias de inclusão social, à escala nacional, regional e local. (Vasconcelos, 2011:30)

No âmbito das suas competências o ISS, I.P. desenvolve várias medidas de política social, para a promoção da inclusão social e combate à pobreza. Essas medidas de política social faziam parte integrante do Plano Nacional de Ação para a Inclusão e, atualmente, para o período de 2013-2015, encontram-se

incluídas na Estratégia de Proteção e Inclusão do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

A referida estratégia pressupõe um processo de planeamento, concertação e responsabilização partilhada entre o Estado, Instituto de Segurança Social (ISS,IP), através dos seus organismos de âmbito central, regional e local e os diversos intervenientes, designadamente entidades privadas com e sem fins lucrativos. Neste contexto são objetivos estratégicos do ISS, I.P. para o referido período: assegurar a proteção e a inclusão social; garantir o cumprimento do regime contributivo e prestacional; assegurar a satisfação dos clientes; promover a satisfação dos colaboradores; e aumentar a eficiência dos serviços.

1.4. Rede Social ²

A Rede Social constitui um programa, criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro, e é um dos instrumentos descentralizados de Política Social de combate à Pobreza e Exclusão Social, gerido pelo Instituto de Segurança Social.

Este é valorizado por ser um instrumento de operacionalização dos objetivos estratégicos de governação em matéria de proteção e inclusão social, e enquanto agente de mobilização e participação ativa dos principais atores locais no processo de promoção da inclusão.

Atualmente o Programa Rede Social constitui um instrumento por excelência de operacionalização de medidas de política que traduzem os compromissos de Portugal com a União Europeia, particularmente no âmbito da Estratégia para Proteção e Inclusão Social.

O Programa Rede Social surgiu num contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço de

² Informação consultada em 16 de Janeiro de 2013, disponível em <http://www4.seg-social.pt/a-rede-social>

erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal. Para isso deverá assumir-se como um fórum de articulação e congregação de esforços, impulsionando um trabalho de parceria alargado incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção com vista à erradicação da pobreza e da exclusão social e à promoção do desenvolvimento social ao nível local, de modo a se rentabilizar os recursos concelhios. (Decreto-Lei nº115/2006, 14 de Junho)

Assim, num contexto de intervenção o Programa Rede Social visa o reforço de uma identidade coletiva, a constituição de parcerias ativas entre entidades públicas e privadas e promover um planeamento integrado e sistémico da intervenção a desenvolver nos territórios.

A implementação do Programa Rede Social, quer a nível local como a nível supraconcelhio, permite criar condições para a optimização de intervenções preventivas através da introdução de metodologias de planeamento estratégico que potenciam o cruzamento e a complementaridade das várias medidas de política e dos programas nacionais, explanados nos diversos documentos de planeamento. Localmente, a Rede Social materializa-se através da criação das Comissões Sociais de Freguesia e/ou Inter-Freguesia e dos Conselhos Locais de Ação Social, que se constituem como plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, aos níveis da freguesia e do concelho, respetivamente.

No Distrito de Coimbra encontram-se implementadas e em funcionamento dezassete redes sociais (com Núcleo Executivo e Conselhos Locais de Ação Social devidamente constituídos), bem como duas plataformas supraconcelhias (Pinhal Interior e Baixo Mondego).

Os pressupostos da Rede assentam na parceria como metodologia de trabalho, visando uma racionalização participada da ação, reduzindo custos e riscos, promovendo troca de experiências, de conhecimento e de saberes, fomentando, assim, uma instância privilegiada de concertação.

A elaboração de diagnósticos sociais, de planos de desenvolvimento social e de planos de ação, constitui o principal objetivo inerente ao referido processo de planeamento integrado. Os Diagnósticos Sociais, que se assumem como instrumentos dinâmicos, sujeitos a atualizações periódicas, resultam da participação dos diferentes parceiros, onde são identificadas as necessidades, os problemas prioritários, bem como os recursos, potencialidades e constrangimentos de cada território.

Enquanto instrumentos de planeamento, os Planos de Desenvolvimento Social operacionalizam os eixos estratégicos, as finalidades e os objetivos da intervenção local com base nas prioridades/metas definidas no âmbito da estratégia de combate à pobreza e à exclusão social.

Consequentemente, os Planos de Desenvolvimento Social operacionalizam-se através de Planos de Ação anuais, concertados e implementados no âmbito da parceria local, onde os diferentes parceiros assumem níveis de responsabilidade partilhada.

2. Caracterização da Instituição

2.1. O Sistema de Segurança Social

De acordo com a Lei de Bases nº4/2007 de 16 de Janeiro, o Sistema de Segurança Social abrange o sistema de Proteção Social de Cidadania, o Sistema Previdencial e o Sistema Complementar.

O sistema de Proteção Social de Cidadania destina-se a garantir os direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como promover o bem-estar e a coesão sociais. (Artigo 26º da Lei nº4/2007, 16 de Janeiro) Este sistema decompõe-se em três subsistemas: o subsistema de ação social - que tem como objetivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades. (Artigo 29º da Lei nº4/2007) Quanto aos modos de intervenção, a ação social compreende os seguintes domínios: prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de excecionalidade; prestações em espécie; acesso à rede nacional de serviços e equipamentos sociais e o apoio a programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais. O subsistema de solidariedade - destina-se a assegurar, com base na solidariedade de toda a comunidade, direitos essenciais por forma a prevenir e a erradicar situações de pobreza e de exclusão, bem como a garantir prestações em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar, não incluídas no sistema previdencial. Pode abranger também, nos termos a definir por lei, situações de compensação social ou económica em virtude de insuficiências contributivas ou prestacionais do sistema previdencial. (Artigo 36º da Lei nº4/2007) E por fim, o subsistema de proteção familiar -é aplicável à generalidade das pessoas e visa assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos nos domínios da deficiência e dependência. (Artigo 44º e 45º da Lei nº4/2007, 16 de Janeiro)

Relativamente ao Sistema Previdencial, este visa garantir, assente no princípio de solidariedade de base profissional, prestações pecuniárias substitutivas de

rendimentos de trabalho perdido em consequência da verificação das eventualidades de doença; maternidade, paternidade e adoção; desemprego; acidentes de trabalho e doenças profissionais; invalidez; velhice e morte. (Artigo 50º da Lei nº4/2007, 16 de Janeiro)

E o Sistema Complementar compreende um regime público de capitalização e regimes complementares de iniciativa coletiva e de iniciativa individual. (Artigo 81º da Lei nº4/2007, 16 de Janeiro) Este sistema visa, igualmente, assegurar os direitos básicos dos cidadãos, em situações não abrangidas pelos sistemas anteriores.

2.2. O Instituto da Segurança Social

O Instituto da Segurança Social, abreviadamente designado por ISS, I.P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, sob a tutela do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. (Decreto-lei nº83/2012, 30 de Março)

Segundo o artigo 2º do Decreto-Lei nº83/2012 de 30 de Março, o ISS I.P. é um organismo central com jurisdição sobre todo o território nacional, sem prejuízo das atribuições e competências das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Tem a sua sede em Lisboa, dispondo de serviços descentralizados a nível distrital, designados por centros distritais.

Ainda segundo este decreto-lei, artigo 3º, o ISS, I.P. tem como missão "(...) a gestão dos regimes de segurança social, incluindo o tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de segurança social e demais subsistemas da segurança social, incluindo o exercício da ação social, bem como assegurar a aplicação dos acordos internacionais no âmbito do sistema da segurança social".

Como visão o ISS, IP pretende ser reconhecido como uma entidade de referência na prestação de um serviço público eficiente, de qualidade e de proximidade, promovendo a coesão social. (Martins, 2011)

O artigo 4º da Lei de Bases nº4/2007 de 16 de Janeiro, apresenta os três objetivos prioritários do ISS, IP que são eles: garantir a concretização do direito à Segurança Social; promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão, e ainda, promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade.

2.2.1. Estrutura orgânica do ISS,IP

Relativamente à estrutura orgânica do ISS, IP., esta é composta por Serviços Centrais, os Centros Distritais e o Centro Nacional de Pensões.

Para a prossecução das suas atribuições, o ISS, IP. dispõe de serviços de âmbito nacional e de serviços territorialmente desconcentrado, que desenvolvem a sua atividade através de uma Rede de Serviços Locais de Atendimento aos cidadãos. No âmbito desta estrutura, o Centro Distrital de Coimbra é um dos serviços desconcentrado do ISS, IP e é responsável, ao nível do distrito, pela execução das medidas necessárias ao desenvolvimento, concretização e gestão das prestações e contribuições do sistema de Segurança Social.³

2.2.2. O Centro Distrital de Coimbra – Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica do Centro Distrital de Coimbra é formada por um diretor de Segurança Social, duas unidades (Unidade de Prestações e Contribuições e a Unidade de Desenvolvimento Social e Programas), doze núcleos (Núcleo de Identificação, Qualificação e Gestão de Remunerações; Núcleo de Contribuições; Núcleo de Prestações Familiares e Cidadania; Núcleo de

³ Informação consultada em 17 de Janeiro de 2013, disponível em <http://web.seg-social.pt/inst.asp?02.01.01.01.07.07.02>

Prestações Previdenciais; Núcleo de Respostas Sociais, Núcleo de Infância e Juventude; Núcleo de Intervenção Social; Núcleo de Apoio à Direção; Núcleo de Planeamento; Núcleo Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos; Núcleo de Apoio Jurídico e Núcleo de Gestão do Cliente), quatro setores e dez equipas.⁴

Centrando agora a análise na Unidade de Desenvolvimento Social e Programas que compreende três núcleos, um dos quais o núcleo de intervenção social que me acolheu para estágio, esta unidade é responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação de todas as medidas de combate à pobreza e de promoção da inclusão social, no distrito de Coimbra. Deste modo, são competências genéricas da Unidade de Desenvolvimento Social e Programas:

- Assegurar a avaliação, planificação e elaboração da intervenção desenvolvida, tendo em vista a melhoria do seu funcionamento e da qualidade das respostas e o aperfeiçoamento das medidas de política social;
- Colaborar na elaboração de estudos conducentes à definição de prioridades em todas as matérias da sua competência;
- Assegurar a dinamização, implementação, acompanhamento e avaliação de intervenções de combate à pobreza e de promoção da inclusão social;
- Desenvolver a eficácia de programas e iniciativas de promoção de desenvolvimento social. (Deliberação nº132/2012, 18 de Setembro)

Quanto ao Núcleo de Intervenção Social compete:

- Efetuar o atendimento dos cidadãos que recorram aos serviços, estudando os problemas apresentados e a situação socioeconómico das famílias e indivíduos, em ordem à identificação dos meios, respostas e ou encaminhamentos mais adequados aos problemas diagnosticados;
- Acompanhar e apoiar tecnicamente os Núcleos Locais de Intervenção, ao nível da consolidação de parcerias e metodologias de intervenção, tendo em vista a satisfação das necessidades mínimas e a promoção da progressiva inserção social e profissional dos indivíduos e famílias;

⁴ Informação consultada em 17 de Janeiro de 2013, disponível em <http://web.seg-social.pt/inst.asp?02.01.01.01.07.07.01>

- Efetuar o atendimento e encaminhamento dos cidadãos em situação de emergência social, designadamente, através da Equipa Distrital de Emergência da Linha Nacional de Emergência Social;
- Coordenar o atendimento em situação de catástrofe, no que respeita às competências dos Centros Distritais;
- Dinamizar, acompanhar e avaliar, de forma articulada, a implementação de projetos de desenvolvimento social e de apoio inserção de indivíduos e famílias;
- Assegurar a representação da segurança social nos Núcleos Executivos das Redes Sociais;
- Apoiar a representação regional do ISS, IP., no exercício de funções de coordenação na região centro da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, desenvolvendo um sistema de trabalho em rede com os restantes Centros Distritais da região.
- Colaborar na implementação, acompanhamento e avaliação de medidas/políticas dirigidas a pessoas idosas, dependentes e ou portadoras de deficiência. (Deliberação nº132/2012, 18 de Setembro)

O Núcleo de Intervenção Social, para conseguir que os seus serviços alcancem toda a população de maneira eficaz, não concentra a sua ação apenas no Centro Distrital, atuando de forma descentralizada e localizada em cada concelho, através dos dezassete Serviços Locais de cada concelho do Distrito.

3. Estudo: O impacto da crise nas respostas/medidas de combate à Pobreza e Exclusão Social no Distrito de Coimbra

O estágio neste serviço incluiu uma componente de estudo que visou entender como a crise económica e financeira que Portugal atravessa desde 2009 tem tido impacto nos serviços da segurança social. Mais especificamente pretendia averiguar se a) os serviços da segurança social registaram um aumento da procura em resultado da redução dos rendimentos das famílias; b) os cortes na despesa atingiram - e de que forma afetaram - os serviços da segurança social, designadamente aquele onde o estágio decorreu; c) existe uma estratégia de gestão por parte da direção dos serviços que permita a estes continuarem a desempenhar a sua ação.

A análise desenvolveu-se em torno de três objetivos específicos: em primeiro lugar, identificação do tipo de respostas/medidas de combate à pobreza e exclusão social (oferta); segundo lugar, uma análise dos impactos da crise na procura dessas respostas/medidas; e em terceiro lugar, neste contexto de crise e de diminuição de recursos que estratégias é que podem ser implementadas.

De acordo com o objeto em estudo a análise centrou-se nos anos de 2009 a 2012, isto porque, o ano de 2009 é o ano em que a crise se instalou, começando-se a sentir, a partir dele a necessidade de se reapreciar o uso dos recursos face à crise.

3.1. Principais respostas/medidas a analisar⁵

Tendo por base os conceitos de Pobreza e Exclusão Social, bem como as estratégias definidas no âmbito da Unidade de Desenvolvimento Social e Programas onde o estágio se realizou, o presente estudo inclui uma descrição sintética das principais respostas/medidas de Política Social geridas pelo Centro Distrital de Coimbra. Das enumeradas serão analisadas as seguintes: Rendimento Social de Inserção, Ação Social, Linha Nacional de Emergência

⁵ Esta análise encontra-se no site da Segurança Social (2012)

Social, Rede Nacional de Cuidados Continuados, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Complemento Solidário para Idosos e Subsídio Social de Desemprego.

3.1.1. Família e Comunidade

As principais Medidas de Política Social/Programas de apoio a indivíduos e famílias em situação de Pobreza e Exclusão Social:

Rendimento Social de Inserção (RSI), medida de política social ativa, criada com o objetivo de promover uma efetiva inclusão de indivíduos em situação de pobreza e/ou exclusão social. Assume a natureza de *prestação pecuniária* de caráter transitório e variável *componente de inserção*.

Ação Social, medida de política social que visa assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente indivíduos em situação de privação económica e/ou social. Tendo como objetivos a prevenção e/ou reparação de situações de carência, disfunção e/ou exclusão social.

Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC), ação anualmente promovida pela Comissão e executada pelos Estados-membros, que, utilizando as existências de intervenção de vários produtos agrícolas, visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas na Comunidade Europeia.

Linha Nacional de Emergência Social (LNES), serviço público gratuito, de âmbito nacional, com funcionamento contínuo e ininterrupto para proteção e salvaguarda da segurança dos cidadãos em situação de Emergência Social.

3.1.2. Pessoas Idosas

Programa Conforto Habitacional para Idosos (PCHI), programa criado com o objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas idosas, nomeadamente através da melhoria do conforto das suas habitações, por forma a permitir que estas permaneçam, o mais tempo possível, no seu meio

habitual de vida. Estas melhorias traduzem-se em obras ao nível do edificado e na aquisição de equipamento indispensável.

3.1.3. Dependência

Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCC), programa que assenta num modelo de intervenção integrada e articulada da saúde e segurança social, de natureza preventiva, recuperadora e paliativa.

3.1.4. Infância e Juventude

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem.

3.1.5. Outras Prestações dependentes da verificação da condição de recursos

Apresentadas as principais medidas de Política Social, identificam-se seguidamente outras prestações dependentes da verificação de condições de recursos, que se constituem também como instrumentos de combate à pobreza e à exclusão social:

Complemento Solidário para Idosos (CSI), é uma prestação monetária integrada no Subsistema de Solidariedade do Sistema de Proteção Social de Cidadania, destinada a cidadãos nacionais e estrangeiros com baixos recursos. É uma prestação diferencial, ou seja, é um apoio adicional aos recursos que os destinatários já possuem.

Subsídio Social de Desemprego, é uma prestação garantida aos trabalhadores por conta de outrem, que integra medidas ativas e passivas de inserção e que se traduz num apoio pago em dinheiro para compensar a perda de rendimento devido a desemprego involuntário, quando:

- não estão reunidas as condições para receber o subsídio de desemprego (subsídio social de desemprego inicial) ou já recebeu todo o subsídio de desemprego a que tinha direito (subsídio social de desemprego subsequente)

- o rendimento do agregado familiar, por pessoa, não for superior, em 2009, ao valor de €335,38 (80% do Indexante dos Apoios Sociais – IAS).

3.1.6. Outras respostas sociais por população-alvo:

Por fim, apresentam-se *outras Respostas Sociais – por população-alvo*, que se constituem como garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e também como instrumentos de promoção da inclusão social:

Crianças e jovens, o conjunto de respostas sociais para o grupo-alvo crianças e jovens apresentadas, visam apoiar as famílias e promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e/ou jovem num ambiente seguro e estimulante.

Ama; Creche; Creche Familiar; Estabelecimento de educação Pré-escolar; Centro de Atividades de Tempos Livres e Centro de Férias e Lazer.

Pessoas Idosas, as respostas sociais para o grupo-alvo pessoas idosas têm como objetivos promover a autonomia, a integração social e a saúde.

Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Convívio; Centro de Dia; Centro de Noite; Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas; Residência; Lar de Idosos; Centro de Férias e Lazer.

Pessoas adultas com Deficiência, o conjunto de respostas sociais para o grupo-alvo de pessoas adultas com deficiência têm como objetivos promover a valorização pessoal, o desenvolvimento da autoestima e de autonomia e a integração social.

Centro de Atendimento/ Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência; Serviço de Apoio domiciliário, Centro de Atividades Ocupacionais; Acolhimento Familiar de Pessoas Adultas com Deficiência; Lar Residencial; Transporte de Pessoas com Deficiência; Centro de Férias e Lazer.

3.2. Impacto da crise na procura e oferta dessas respostas/ medidas no distrito de Coimbra

A recente crise que o país atravessa colocou os sistemas de proteção social face a um desafio sem precedentes de ter que dar resposta a níveis de pobreza cada vez maiores num contexto de recursos públicos reduzidos.

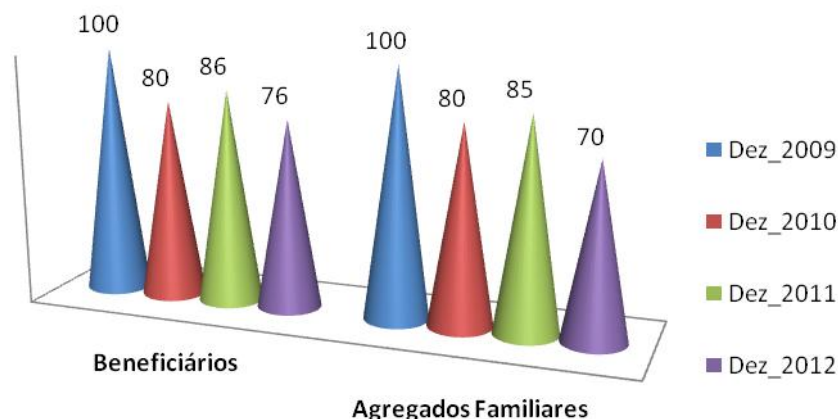
Neste ponto o que se pretende saber com algum rigor é o impacto da crise na procura de apoio social e de respostas institucionais no distrito de Coimbra. De modo a ter dados mais rigorosos sobre o problema da procura e oferta de respostas sociais a informação exposta foi recolhida junto do Centro Distrital de Segurança Social, nomeadamente na base de dados – SESS. A partir da mesma a análise centra-se nos últimos 4 anos (2009 a 2012) e procura trabalhar indicadores de procura e de oferta de serviços, para detetar a sua variação ao longo deste período. Desta forma pretendo assim analisar a variação anual do número de beneficiários, assim como dos seus agregados familiares, de cada uma das respostas/medidas geridas pelo Instituto de Segurança Social, com o intuito de verificar se os serviços da segurança social registaram um aumento de procura.

Quanto à oferta sabe-se à partida embora desconhecendo a intensidade que a política de austeridade na despesa pública tem um impacto nas respostas institucionais oferecidas aos cidadãos em risco. O que pretendo é apurar a intensidade desta ao analisar o número de requerimentos que foram aceites e os recusados, para averiguar se os cortes na despesa atingiram e de que forma afetaram as respostas do serviço da segurança social.

3.2.1. Análise comparativa da execução das medidas entre o período de 2009 a 2012

Rendimento Social de Inserção (RSI):

Gráfico nº 1 – Variação Anual de Beneficiários/ Agregados Familiares de RSI



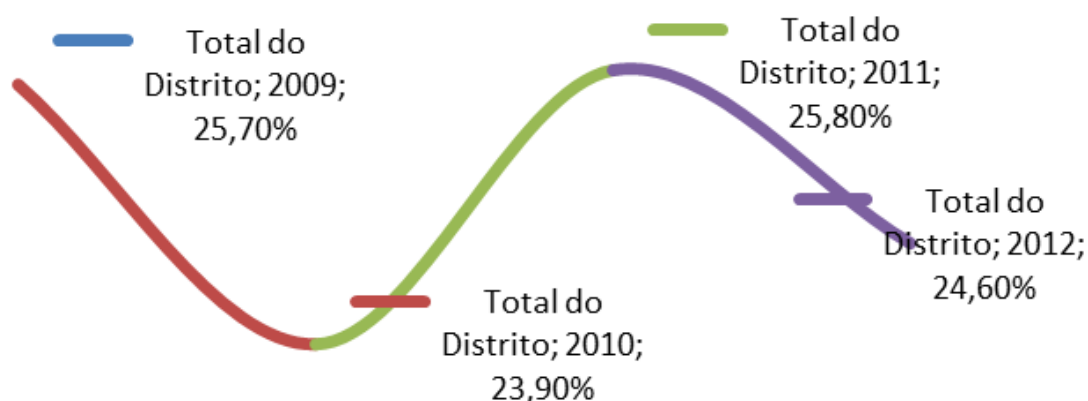
Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Comparativamente de 2009 a 2012, podemos verificar uma diminuição de 30% dos agregados familiares e 24% de beneficiários do RSI, no distrito de Coimbra.

Ou seja, durante o ano de 2009 em média beneficiaram da prestação 4.898 agregados familiares, correspondendo a 11.779 indivíduos. Já no ano de 2010, eram 4.981 agregados familiares que em média beneficiaram da prestação, correspondendo a 11.699 indivíduos. Relativamente ao ano de 2011, o número de agregados familiares baixou assim como os beneficiários, em média beneficiaram 4.216 agregados o que correspondeu a 9.993 indivíduos. E no ano de 2012, beneficiaram em média 4.379 agregados familiares, correspondendo a 10.007 indivíduos.

Da análise da variação dos beneficiários concluía-se à partida uma diminuição da procura desta resposta no distrito de Coimbra. No entanto, ao analisar a evolução dos requerimentos entrados no distrito de Coimbra observa-se grandes oscilações, uma vez que somos confrontados por anos de grande procura, ou seja, em que o número de pedidos aumenta e outros anos em que há uma diminuição de requerimentos.

Gráfico nº2 - Evolução de requerimentos entrados de RSI, no distrito de Coimbra



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Ora como se observa no gráfico anterior, no ano de 2009 deram entrada 26% de requerimentos no Centro Distrital, num total de 15.638, o que equivale aproximadamente a 4.018 pedidos. Quanto ao ano de 2010, este registou um total de 3.737 requerimentos entrados, verificando-se assim uma diminuição de requerimentos face ao ano anterior, menos 281 requerimentos o que ronda um total de 24%. Já no ano de 2011, registou-se um aumento do número de requerimentos face ao ano anterior, voltando-se a situar nos 26% o que corresponde a um total de 4.031 pedidos da prestação de Rendimento Social de Inserção. E no ano de 2012 voltou-se a registar uma diminuição de requerimentos, menos 179 do que o ano anterior.

Apesar destas oscilações, se tivéssemos que concluir por alguma tendência de variação do número de requerimentos de RSI que deram entrada, concluíamos que há uma tendência de estagnação do número de pedidos neste tipo de prestação, uma vez que a diminuição que se verifica de 2009 para 2012 é de apenas de 1%, o que não é muito significativo, mas o que mais ressalta é a grande variação no período.

É de realçar que o ano de 2011 regista o maior número de requerimentos quando comparado com o período em estudo. Tal pode relacionar-se com a entrada em vigor do Memorando de Entendimento com a Troika em que, ao estabelecer padrões cada vez mais restritos de austeridade que resultaram na redução dos rendimentos das famílias, levou a registar um aumento na procura.

Assim, os dados apresentados indicam que, apesar de se assistir ao longo deste últimos quatros anos a uma tendência de estagnação do número de requerimentos entrados, o que poderia levar a admitir que não haveria também grandes variações quer no número de beneficiários quer agregados nesta prestação. Ora tal não acontece, verificando-se uma diminuição de 30% dos agregados familiares e 24% de beneficiários do RSI, comparativamente de 2009 a 2012, no distrito de Coimbra.

Esta diminuição pode ser explicada pelas novas regras que entraram em vigor e que são o reflexo das medidas de austeridade implementadas pelo governo. Isto porque, como é mais precisamente a partir do ano de 2010 para 2011 que se verifica uma maior diminuição do número de beneficiários como de agregados familiares, tem a ver com o facto de em 2010 o Programa de Estabilidade e Crescimento (2010-2013) aprovado pelo Governo determinar cortes nos serviços sociais (e, designadamente, a fixação de limites máximos para a despesa do RSI, a alteração das regras de condição de recursos⁶ e reforço do carácter transitório e da natureza contratual da prestação do RSI⁷) que tiveram efeitos na oferta de serviços, na medida em que a prioridade era reduzir a despesa pública.

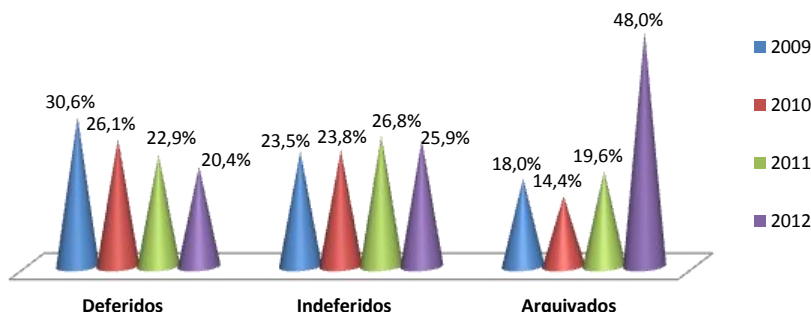
Tal facto é conhecido através da análise dos requerimentos (Gráfico nº3). Ora verifica-se que, no que toca aos requerimentos indeferidos da prestação de RSI, existe um aumento do número de pedidos que foram recusados desde de

⁶ O Dec.- lei n.º 70/2010, de 16 de junho do MTSS veio estabelecer as regras para a determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos rendimentos do agregado familiar para a verificação das condições de recursos a ter no RSI.

⁷ O Dec. – lei n.º 133/2012, de 27 de junho do MTSS procede a uma revisão global do regime jurídico do RSI (e de outras prestações), em consonância com os objetivos constantes no Programa do Governo, reforçando o carácter transitório e a natureza contratual da prestação.

2009 a 2012, sobretudo um aumento mais visível de requerimentos indeferidos no ano de 2011, com um aumento de 3% de casos recusados face ao ano anterior. Refira-se que neste ano já se faziam sentir os cortes como resultado das medidas de austeridade, e neste sentido se explica o acréscimo de requerimentos indeferidos.

Gráfico nº 3 – Evolução de requerimentos da prestação – RSI



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Ao analisar a evolução dos requerimentos deferidos da mesma prestação, verifica-se uma diminuição do número de requerimentos que foram concedidos para receber a referida prestação no distrito de Coimbra. Constata-se uma redução de 10% do número de pedidos concedidos quando comparado o ano de 2009 a 2012.

É de salientar que no ano de 2011 e 2012 o número de requerimentos indeferidos é superior aos requerimentos deferidos. Ora este aumento do número de pedidos recusados é justificado pelo decreto-lei n.º 133/2012, de 27 de junho que traduz uma quebra significativa também do número de agregados familiares e seus beneficiários de RSI em todos os concelhos do distrito de Coimbra, devido a sobretudo às seguintes alterações apresentadas na lei:

- *Desindexação do valor do rendimento social de inserção ao valor da pensão social;*

- Alargamento das situações de cessação da prestação de rendimento social de inserção tendo como causa de cessação a falta de comparência justificada a qualquer convocatória;

- Alteração do valor da condição de recursos passando o acesso à prestação a estar dependente do valor de património mobiliário e do valor de bens móveis sujeitos a registo.

No mesmo período em análise, verifica-se um aumento do número de requerimentos de RSI arquivados, estando em evidência o ano de 2012 com um aumento de 30% em relação ao ano de 2009. O principal motivo para o grande número de arquivamento é a falta de apresentação de documentação obrigatória para receber a prestação seguido da desistência do requerente. Este segundo motivo acontece quando é dado a conhecer ao requerente todas as condições de celebração de contrato e as obrigações a que está sujeito, levando este a desistir do pedido para receber a prestação.

Salientando algumas características da população-alvo do Rendimento Social de Inserção, no distrito de Coimbra:

Em 2009, a taxa de beneficiários de RSI⁸ era de 3%, sendo de referir que existiam seis concelhos – Figueira da Foz, Tábua, Arganil, Vila Nova de Poiares, Lousã e Oliveira do Hospital, em que as referidas taxas eram bastantes superiores à média do distrito – 3,3%, 4,1%, 4,2%, 5,3%, 3,2% e 3,7%, respetivamente. Em 2010, a taxa de beneficiários manteve-se nos 3%, sendo de referir que voltam a existir concelhos como – Arganil, Vila Nova de Poiares, Figueira da Foz, Tábua, Lousã, Mira e Oliveira do Hospital, em que as referidas taxas são bastantes superiores à média do distrito – 4,1%, 4,8%, 3,5%, 3,7%, 3,2%, 3,0 % e 3,2%, respetivamente. Já em 2011, a taxa de beneficiários de RSI diminuiu um 1% situando-se nos 2%, sendo de referir que existiam três concelhos – Arganil, Vila Nova de Poiares e Figueira da Foz, em que as referidas taxas continuavam a ser bastantes superiores à média do distrito – 3,3%, 4,4 % e 3,1%, respetivamente. E no ano de 2012, a taxa de beneficiários de RSI manteve-se nos 2%, sendo de referir que existiam cinco concelhos – Figueira da Foz, Tábua, Arganil, Coimbra e Vila Nova de Poiares,

⁸ Ver anexo I

em que as referidas taxas são superiores à média do distrito – 3,1%, 2,8%, 2,7%, 2,6% e 4,0%, respetivamente.

Ao analisar os *beneficiários titulares de RSI por escalão etário*⁹ podemos concluir que no distrito de Coimbra, desde 2009 a 2012, o escalão etário que mais beneficia da prestação de RSI é a que compreende o escalão dos 25 a 64 anos, seguido do escalão dos 18 a 24 anos. Tal facto pode ser explicado pela grande percentagem - 54% da população residente no distrito de Coimbra pertencer ao grupo etário dos 25 aos 64 anos, levando a concluir também que aqueles que mais beneficiam do RSI encontram-se em idade ativa e com grandes necessidades em termos de acompanhamento e apoio à integração no mercado de trabalho.

É de salientar que no escalão de idades dos ≥ 65 anos apresenta valores muito baixos, o que se relaciona com o facto de os beneficiários titulares deste escalão equivaler aos idosos, e os seus baixos valores explicam-se pelo facto de o RSI estar equiparado à Pensão Social que é comum os idosos já receberem. Apesar de esta Pensão Social poder ser acumulável com o RSI, o mais comum é que se beneficiam da pensão social por norma não se irá sobrepor esta à prestação do Rendimento Social de Inserção. Assim, apenas podem ser beneficiários de RSI quando integrados em agregados familiares de baixos rendimentos nos quais haja pessoas que não usufruam qualquer pensão.

A opção pelo intervalo de idades aqui compreendido prende-se com o facto de os jovens com idade inferior a 18 anos, não possuindo a idade legal para requerer este tipo de prestação, a taxa de beneficiários é nula; no escalão de 18 a 24 anos relacionado com os jovens no início da idade ativa, a taxa ronda apenas os 7%, o que se entende por neste grupo etário apenas requerem a esta prestação os que vivem sozinhos pois se viverem com familiares a soma dos rendimentos mensais será de todos os elementos do agregado familiar que não pode ser igual ou superior ao valor máximo de RSI. No intervalo de idades

⁹ Ver anexo II

de 25 a 64 anos, compreendendo os indivíduos em plena idade ativa, a taxa tem vindo a aumentar durante este período, devido às situações de desemprego. E por fim nos ≥ 65 anos, referente aos idosos, a sua taxa tem vindo a diminuir, como verificado anteriormente.

Fazendo agora uma análise centrada nas características dos agregados familiares por *tipo de família*¹⁰ verifica-se que são as famílias de tipo nuclear (com e sem filhos) e as famílias de tipo isolado, aquelas que não possuem outra fonte de rendimentos para além do valor da prestação de RSI. Refira-se que anos de 2009 e 2010 os agregados familiares que mais beneficiavam da prestação de RSI eram as de tipo nuclear sobretudo as que tinham filhos, ou seja, famílias compostas pelo casal e seus filhos. Mas a tendência inverteu-se nos anos seguintes (2011 e 2012) em que passou a ser a família isolada, que corresponde ao indivíduo isolado, homem ou mulher que vive sozinho(a) a que mais beneficia da referida prestação. Este facto não é surpreendente, na medida em que sabemos que as famílias isoladas são as mais vulneráveis a situações de pobreza já que basta o elemento ficar sem emprego que a situação piora.

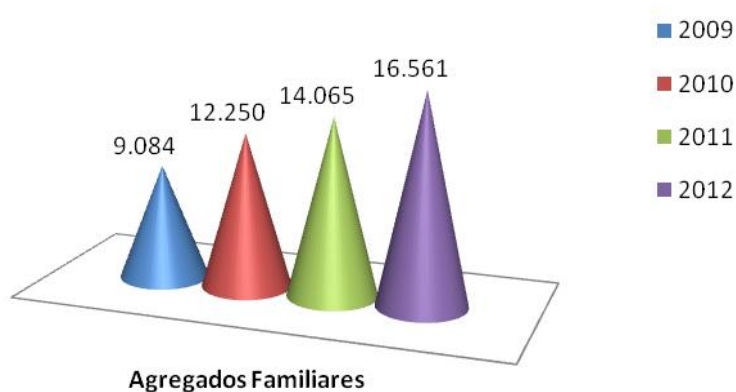
Relativamente à *dimensão dos agregados familiares*¹¹, desde 2009 a 2012, no distrito de Coimbra não existem muitas famílias numerosas beneficiárias de RSI, sendo as famílias mais reduzidas as que mais beneficiam da prestação. Salienta-se que em média 56% dos agregados familiares que beneficiam da referida prestação são constituídos por 2 a 5 pessoas. Refira-se ainda que o número de famílias constituídas apenas por uma pessoa ter vindo a aumentar desde 2009 até 2012, constituindo igualmente uma percentagem significativa da população beneficiária de rendimento social de inserção – dados para o distrito de Coimbra em média 41%.

¹⁰ Ver anexo III

¹¹ Ver anexo IV

Ação Social:

Gráfico nº 4 - Média Anual de Agregados Familiares acompanhados em Ação Social

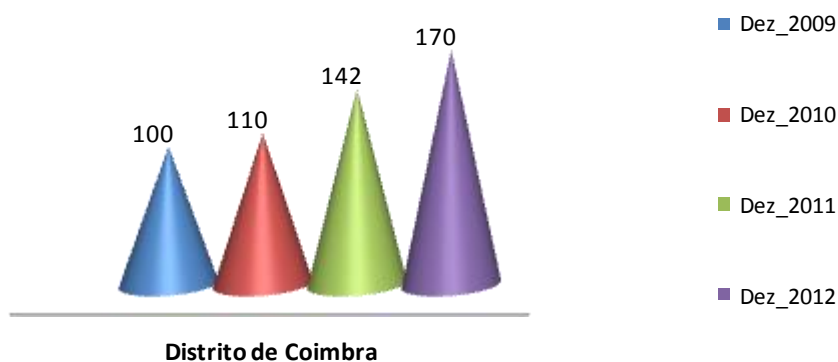


Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Comparativamente de 2009 a 2012, podemos verificar um crescimento do número de agregados familiares que foram acompanhados em Ação Social, indicando um aumento da procura por esta resposta de apoio social.

Consequentemente, o mesmo se verifica na análise da evolução do número de processos familiares de ação social.

Gráfico nº 5 - Evolução do nº de Processos Familiares de Ação Social



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Relativamente ao número de processos familiares de Ação Social (Gráfico nº5), constata-se no distrito de Coimbra um aumento do número de processos nestes quatro anos em análise. Apresentando assim uma evolução linear, uma

vez que se mantém sempre uma tendência de aumento do número de processos, obtendo um crescimento de 70% do ano de 2009 para o 2012.

O ano em que se assinala uma maior subida foi no ano de 2011, onde se registou um aumento de 32% em relação ao ano anterior. No ano de 2012 voltou-se a registar um aumento de 28% face ao ano passado. Já o ano de 2010 foi onde houve um aumento mais pequeno, apenas de 10%.

Uma razão plausível para explicar este aumento do número de processos familiares é o crescente empobrecimento de muitos cidadãos portugueses, mais atingidos pela crise sobretudo pela perda de emprego. Ou seja, muitos destes processos familiares perpetuam-se no tempo uma vez que não conseguem abandonar esta condição face ao aumento da taxa de desemprego e às novas regras de austeridade que se traduzem na redução dos recursos de muitas famílias.

Contudo, este aumento de processos familiares não reflete novos pedidos de ajuda de muitas outras famílias que até então não tinham recorrido ao serviço de atendimento/ acompanhamento social. Isto porque averigua-se uma diminuição do número de novos processos familiares de Ação Social no distrito de Coimbra nos quatro anos em estudo. (Tabela nº 1)

Tabela nº 1 – Número de Novos Processos Familiares de Ação Social

	2009	2010	2011	2012
Distrito de Coimbra	1.155	928	1.056	1.047

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Assim sendo, é visível no distrito de Coimbra uma diminuição de 108 novos processos familiares que deram entrada para apoio social.

Da análise da tabela anterior é de notar que no distrito de Coimbra em 2011 houve um aumento de cerca de 128 novos processos de ação social face ao ano anterior. E o mesmo aconteceu na medida de política social –o Rendimento Social de Inserção em que neste mesmo ano foi onde se apurou

um maior aumento de procura por parte dos cidadãos. O que confirma a maior pressão da procura sobre todas as respostas disponíveis.

A análise do número de apoios económicos processados (tabela nº2) torna também visível esse aumento da procura, abrangendo principalmente os subsídios eventuais, dado o grande número de famílias em carência e nas ajudas técnicas o que explica o aumento de agregados familiares.

Tabela nº 2 – Número de apoios económicos processados

	2009	2010	2011	2012
Distrito de Coimbra	---	365	566	517

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

No que concerne aos apoios económicos concedidos aos indivíduos e famílias do distrito de Coimbra a tendência verificada é que eles incidem maioritariamente em áreas da saúde e da ação social.

Tabela nº 3- Ações Contratualizadas

	Ações contractualizadas	Ações por área	
2009	23.207	Educação	19%
		Formação profissional	4%
		Emprego	15%
		Saúde	29%
		Ação social	29%
		Habitação	4%

2010	22.885	Educação	19%
		Formação profissional	4%
		Emprego	14%
		Saúde	30%
		Ação social	29%
		Habitação	4%
2011	28.176	Educação	19%
		Formação profissional	5%
		Emprego	14%
		Saúde	30%
		Ação social	27%
		Habitação	4%
2012	46.628	Educação	17%
		Formação profissional	5%
		Emprego	18%
		Saúde	29%
		Ação social	28%
		Habitação	3%

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

No que se refere à área predominante, em termos de apoios concedidos - a ação médica, constata-se que a maioria destes apoios se destinaram a participar no pagamento de medicação prescrita com carácter regular (situação de doença crónica) ou em situações pontuais, decorrentes de outras eventualidades ocorridas.

Quanto à habitação, os apoios económicos, apesar de serem em menor número quando comparado com outras áreas, eles destinaram-se essencialmente a participar no pagamento de rendas e/ou prestações de habitação em atraso, pelo que as necessidades resultam, igualmente, da situação de carência económica das famílias, muitas vezes associadas ao desemprego e/ ou doença crónica.

Portanto, os apoios económicos concedidos aos indivíduos e famílias que se encontrem em situação de carência e vulnerabilidade social, nos anos em estudo, incidem maioritariamente sobre as seguintes tipologias: manutenção da casa (água, luz, gás, telefone); alugueres e renda; medicamentos; alimentação, e ajudas técnicas (óculos, próteses, cadeiras de rodas, entre outras).

Dada a tendência de aumento de ações contratualizadas, como demonstra a tabela acima, podemos concluir que um dos motivos para que tal aconteça é o grande número de beneficiários deste tipo de apoio estar em idade ativa e as famílias serem multi-problemáticas o que requiere uma intervenção sistémica, tal como verificado no RSI, em que os que mais beneficiam encontram-se em idade ativa e com grandes necessidades em termos de acompanhamento e apoio à integração no mercado de trabalho. Porém também confirma que a oferta foi reforçada neste período, salientando o ano de 2012 como aquele em que se registou o maior aumento de ações contratualizadas.

Salientando algumas características da população-alvo no distrito de Coimbra, verifica-se da análise centrada nos agregados familiares por *tipo de família*¹² que se mantém a tendência verificada nas famílias beneficiárias de RSI, de que são as famílias isoladas as que mais recorrem ao serviço de atendimento/acompanhamento social. Refira-se que esta tem seguido uma tendência de aumento desde 2009 até 2012. Enquanto as famílias de tipo nuclear apresentam uma tendência de diminuição no mesmo período. Esta tendência coincide com a do RSI em que a família isolada mais tem vindo a recorrer ao apoio social dado ser mais vulnerável à pobreza e a exclusão.

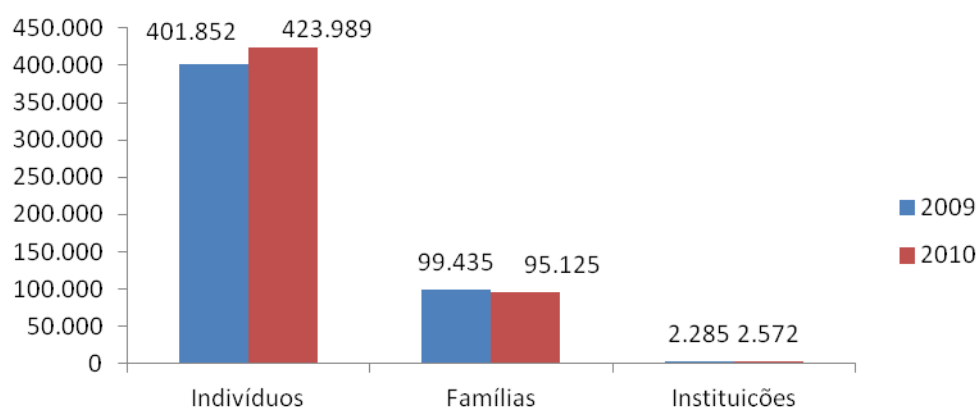
¹² Ver anexo V

Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC):

Neste tipo de resposta não me foi possível aceder a dados dos últimos quatro anos, para conseguir fazer uma análise comparativa no distrito de Coimbra e averiguar se existiu um aumento de procura ou não.

No entanto, referencio alguns dados da execução deste programa em Portugal, nos anos de 2009 e 2010 e nos anos posteriores 2011 e 2012 referencio dados do distrito de Coimbra que, de uma forma exploratória, permitem considerar que esta resposta também viu a sua procura aumentar.

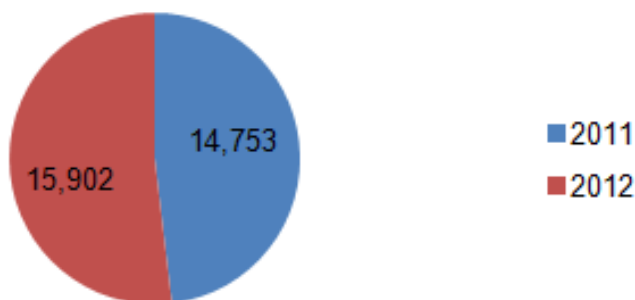
Gráfico nº 6- Número de beneficiários do PCAAC



Fonte: Relatório Global de Execução do PCAAC de 2010

Comparativamente a 2009, podemos verificar uma diminuição do número de famílias e um aumento do número total de beneficiários.

Gráfico nº 7- Número de beneficiários do PCAAC no distrito de Coimbra



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Quanto ao distrito de Coimbra, em 2011 o número total de beneficiários era 14.753. No ano seguinte, 2012, o número de beneficiários aumentou registando um total de 15.902.

Não tendo dados suficientes para concluir um aumento de procura, resta apenas ponderar a opinião dos inquiridos que atestam que esta é uma resposta que viu um aumento de procura nos últimos quatro anos. (ver próximo ponto: análise dos dados dos inquéritos)

Linha Nacional de Emergência Social (LNES):

No distrito de Coimbra podemos verificar que desde 2009 a 2012 o número de chamadas recebidas pela Linha Nacional de Emergência Social diminuiu. Contudo como este serviço apresenta o objetivo de acionar uma resposta imediata às pessoas e, posteriormente, prestar acompanhamento social podemos constatar que apesar de o número de chamadas ter diminuído é visível o aumento do número de ocorrências com o valor mais elevado no ano de 2011.

Tabela nº 4 – Linha Nacional de Emergência Social

	2009	2010	2011	2012
Número de Chamadas	708	667	719	656
Número de Ocorrências	545	545	608	557
Número de Ocorrências que Deram Origem a Processos	17	25	14	18
Número de Processos	163	122	111	99
Número de Processos com Respostas	163	122	109	99

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Do número de ocorrências assinaladas no distrito, verifica-se através da tabela nº 4 que o número de ocorrências tem vindo aumentar.

Quanto ao número de processos registados nesta resposta, houve uma diminuição de cerca de 64 processos desde 2009 a 2012. Estes valores no distrito de Coimbra devem estar associados à diminuição do número de chamadas realizadas no igual período.

Quanto aos processos abertos que tiveram resposta, verifica-se que no distrito de Coimbra existiu uma diminuição clara também do número de processos com resposta acionada, sugerindo que os cortes já se faziam sentir em diversos domínios.

Vale a pena acrescentar que, segundo o Jornal de Notícias de 13 de fevereiro de 2012, “as chamadas mais frequentes para a LNES são a pedir apoio económico, alimentar, domiciliário e denunciar situações de perigo de crianças, jovens e idosos, relacionadas com violência doméstica. Onde mais de metade das chamadas foram realizadas por mulheres, mais precisamente na faixa etária entre os 31 e os 64 anos”.

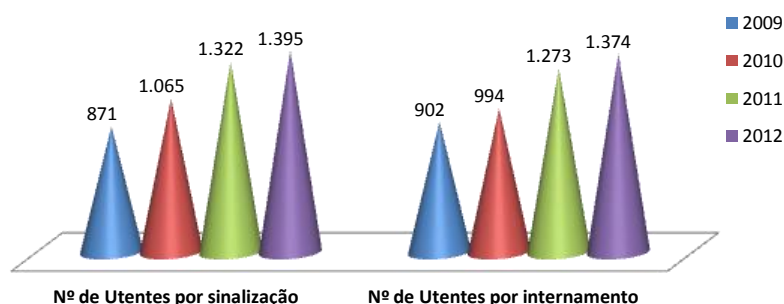
Programa Conforto Habitacional para Idosos (PCHI):

Neste tipo de resposta não me foi possível aceder a dados dos últimos quatro anos, para conseguir fazer uma análise comparativa no distrito de Coimbra e averiguar se existiu um aumento de procura ou não.

Saliento apenas que este programa está implementado no distrito de Coimbra, tendo abrangido nove territórios em 2012 a que correspondeu um total de quarenta e nove reabilitações efetuadas.

Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCC):

Gráfico nº 8 – Número de utentes da RNCC no distrito de Coimbra



Fonte: ECL Urbana

Relativamente a esta resposta também se registou um aumento na procura desde o ano de 2009 até a 2012, calculando pelo aumento do número de sinalizações e o conseqüente número de internamentos. Considera-se por utentes de internamento os utentes admitidos na Rede Nacional de Cuidados Continuados.

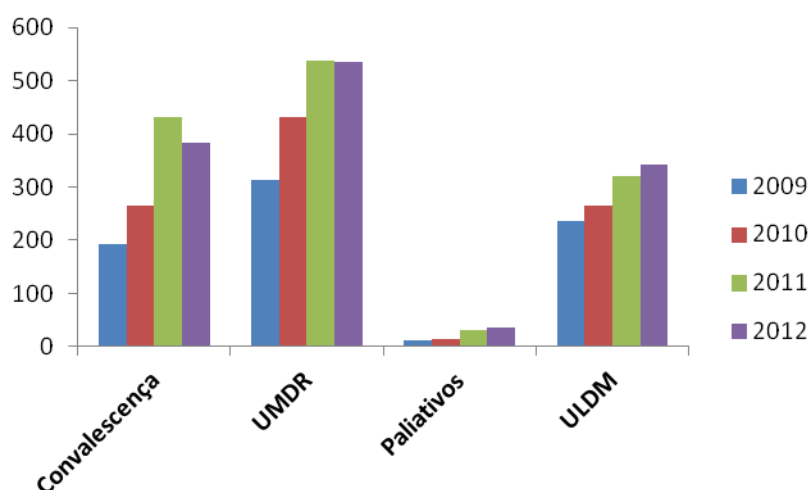
É no período de anos 2010 a 2011 que o aumento é mais visível, já que registou um aumento de mais 279 internamentos face ao ano de 2009 que só registou 92 novos internamentos.

Do número de utentes admitidos, as unidades por tipologia que registaram a maior procura/aderência foram a Unidade de Média Duração e Reabilitação e a Convalescença seguida da Unidade de Longa Duração e Manutenção (Gráfico nº9).

Estando esta Rede ainda numa fase de implantação (e com uma volumosa lista de espera), não se pode garantir que este aumento resulte de um aumento da procura, sendo possível que resulte apenas da maior oferta de camas. Também o aumento da procura que se observa nos gráficos seguintes pode ser em parte explicado pelo envelhecimento demográfico da população.

É de salientar que as instituições da Rede Nacional de Cuidados Continuados estão fortemente dependentes das transferências da Segurança Social ficando duplamente vulneráveis, por um lado pelos utilizadores que não conseguem pagar e do outro pela demora nas transferências do Estado (Hespanha, 2012:12). Assim apesar de se averiguar um aumento de procura no distrito de Coimbra por esta resposta tal não significa que a oferta tenha seguido a mesma tendência.

Gráfico nº 9 - Distribuição dos utentes admitidos pelas unidades de tipologia



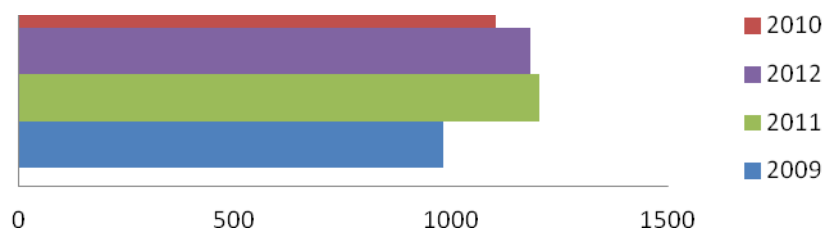
Fonte: ECL Urbana

Salientando algumas das características dos utentes da Rede Nacional de Cuidados Continuados no distrito de Coimbra: pode-se verificar que a média de idades dos utentes admitidos situa-se no escalão etário predominante dos 65 e mais anos, o que equivale à população idosa.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ):

O aumento do número de crianças e jovens acompanhadas, observado no gráfico seguinte, pressupõe um aumento da procura por esta resposta no distrito de Coimbra.

Gráfico nº10- Número de crianças e jovens acompanhadas no Distrito de Coimbra



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Uma razão que pode fundamentar esta procura é o facto de ter aumentado o número de denúncias de situações de perigo de crianças e jovens. Tal é relacionado com o aumento do número de sinalizações de crianças e jovens, registado no distrito de Coimbra.

Tabela nº 5- Variação do Número de Sinalizações

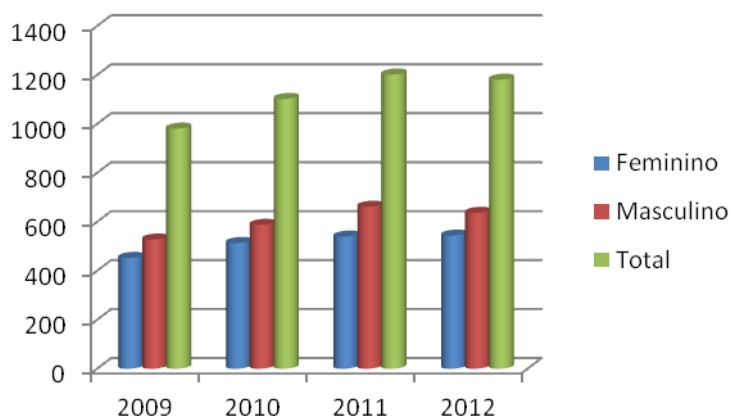
CPCJ	Janeiro	Janeiro	Janeiro	Janeiro
	2009	2010	2011	2012
Distrito de Coimbra	100	133	151	130

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

No período de anos de 2009 a 2012, marcados por uma crise económica e financeira em que muitos pais vêm fracassadas as suas responsabilidades parentais devido as graves situações que as famílias enfrentam. Deste modo, a CPCJ do distrito de Coimbra viu um acréscimo da sua atividade resultante do grande número de situações que despertaram uma atenção especial. Isto leva a concluir que no distrito de Coimbra as CPCJ viram um aumento do volume processual; sendo um indicador que a atividade da CPCJ tem-se revelado cada vez mais importante para as crianças e jovens em risco, ajudando-as assim a assegurar a sua proteção perante os vários problemas sociais.

Salientando algumas características da população-alvo no distrito de Coimbra:

Gráfico nº 11- Caracterização das crianças e jovens acompanhadas em função do sexo no Distrito de Coimbra



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

O gráfico permite verificar para ambos os sexos a incidência da intervenção da CPCJ aumenta proporcionalmente com os anos. É possível ainda verificar que existe um maior número de crianças e jovens acompanhados do sexo masculino em detrimento do sexo feminino.

São as famílias nucleares com filhos, seguido das famílias monoparentais as que mais beneficiam/recorrem as CPCJ no distrito de Coimbra.

Relativamente as entidades que sinalizam as crianças e jovens¹³, em 2009 cerca de 39% das sinalizações foram efetuadas pelos projetos, seguida da sinalização feita pelas IPSS 32%, e 30% dos casos pelos atendimentos dos serviços da segurança social.

Já em 2010 as entidades que mais sinalizaram foram as autarquias com cerca de 36% e as instituições de acolhimento (Lar/CAT) com 33% dos casos. É de salientar que no ano anterior as autarquias tinham apenas sinalizado 14% dos casos, tendo por isso registando um crescimento a rondar os 22%.

¹³ Ver anexo VI

No ano de 2011 a entidade que mais casos sinalizou foram as Comissões Locais de Acompanhamento do RSI 33%, seguido das autoridades policiais, as autarquias e pelos pais que representaram 31% das sinalizações. Por último, em 2012 foi o ano em que as entidades mais sinalizaram crianças e jovens. Tendo de realçar que 41% dos casos foram sinalizados pelas próprias crianças e jovens, seguido de 33% pelos serviços de atendimento da segurança social e 31% pelos familiares e ainda 30% pelos pais e autoridades policiais.

Complemento Solidário para Idosos (CSI):

Tabela nº 6 - Beneficiários de CSI, face ao Total da População

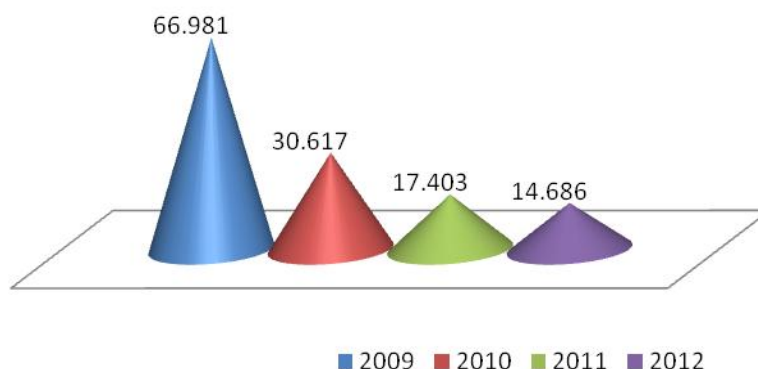
	2009	2010	2011	2012
Total da População - Coimbra	430.104			
Beneficiários de CSI	10.947	11.515	11.486	11.286
Taxa de Beneficiários CSI (%)	2.5%	2.7%	2.7%	2.6%

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Na tabela anterior pode observar-se a taxa de beneficiários de CSI¹⁴ face ao total da população do distrito de Coimbra. Assim, em 2009 no distrito de Coimbra a taxa de beneficiários de CSI era de aproximadamente de 3%, mantendo-se nos anos seguintes na mesma posição. O que leva a concluir que os beneficiários desta prestação no período de 2009-2012 manteve-se praticamente inalterado o que pressupõe que não houve procura por este tipo de resposta. O mesmo é comprovado pela análise do gráfico seguinte, do número de requerimentos que deram entrada no serviço da segurança social no qual constata-se que a procura diminuiu.

¹⁴ (Total de Beneficiários de CSI/Total da População) x100.

Gráfico nº 12- Evolução de Requerimentos Entrados do CSI, no distrito de Coimbra



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Trata-se de uma medida que, desde 2009 a 2012, registou uma enorme diminuição do número de idosos a requerer a esta prestação. O que pode traduzir a ideia de que esta não é uma medida com êxito calculando pelo nível de adesão que se tem verificado. Levando a concluir que não existiu um aumento de procura no distrito de Coimbra o que certamente não contribuiu para a erradicação da pobreza dos idosos.

Uma explicação alternativa para esta regressão pode ser a alteração nas regras de cálculo da condição de recursos (vd. supra, nota 5). Na análise desta prestação social, em termos de cortes na despesa observa-se uma diminuição do número de requerimentos deferidos para receber a prestação como também uma diminuição do número de requerimentos indeferidos. Quanto aos requerimentos arquivados regista-se um aumento destes no período de anos em análise.

Tabela nº 7- Número de Requerimentos Deferidos, Indeferidos e Arquivados do CSI, no distrito de Coimbra

	2009	2010	2011	2012
Requerimentos Deferidos	55.814	23.620	13.448	13.218
Requerimentos Indeferidos	31.789	13.959	8.556	8.912
Requerimentos Arquivados	3.034	6.811	4.505	4.315

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Em relação à tendência de decréscimo dos pedidos recusados para receber a prestação, os motivos que explicam o aumento de processos indeferidos são maioritariamente a condição de recursos não satisfeita, indicando que o valor dos rendimentos não confere o direito ao Complemento Solidário para Idosos, seguido do valor dos recursos (rendimentos mais a componente de solidariedade familiar) também não conferir o direito à prestação de CSI. Para além destes, outros motivos ainda apresentados como causa para o indeferimento é o rendimento dos filhos determinarem a exclusão da medida; não ter a idade mínima legal para poder requerer à prestação e ainda, a condição de pensionista não ser satisfeita.

Para além do número de requerimentos deferidos para receber a prestação CSI registar uma grande diminuição desde 2009 a 2012, evidencia-se que dos requerimentos aceites muitos deles encontram-se com a prestação suspensa.

Tabela nº 8- Requerimentos deferidos com prestação suspensa

CSI	2009	2010	2011	2012
CDist COIMBRA	26%	24%	24%	26%

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Um dos motivos mais apresentados como razão de suspensão é o falecimento do titular da prestação. Seguida do motivo de possuir recursos de montante igual ou superior ao valor de referência do Complemento Solidário para Idosos, e ainda da não apresentação da renovação da prova de recursos no prazo

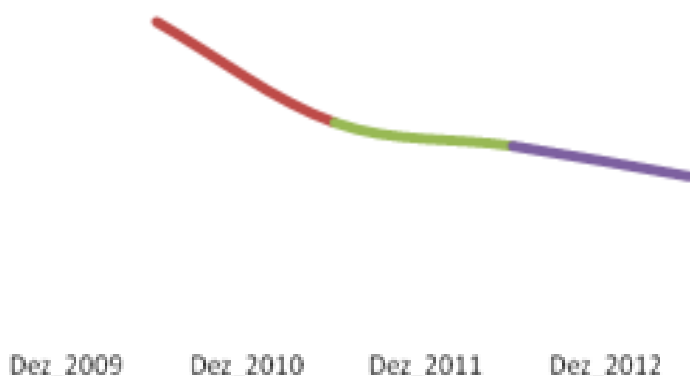
estabelecido. Por último, o menos referenciado mas também um dos motivos de suspensão da prestação é a não comunicação de alteração de residência ou da composição do agregado familiar no prazo estabelecido.

Salientando algumas características da população-alvo no distrito de Coimbra: da análise dos beneficiários de Complemento Solidário para Idosos constata-se que é o sexo feminino o maior detentor desta prestação. Podendo este facto ser explicado pela esperança média de vida dos portugueses ter aumentado, continuando as mulheres a ter uma esperança média de vida mais alta do que os homens.

Podendo assim ser especulado que o agregado familiar que mais beneficia desta prestação ser predominantemente de tipo isolado, significando que são principalmente os(as) viúvos(as) os que mais requerem a esta prestação.

Subsídio Social de Desemprego (SSD):

Gráfico nº13 – Variação Anual do Nº de Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Quanto ao Subsídio Social de Desemprego, esta é uma prestação destinada a desempregados que não descontaram o suficiente para ter direito ao subsídio de desemprego e a beneficiários que atingiram o prazo limite deste último subsídio sem conseguir novo emprego.

Deste modo, ao visualizar o gráfico nº 13 constata-se uma diminuição do número de beneficiários do referido subsídio no distrito de Coimbra. Esta redução pode ser explicada pela necessidade urgente que o governo adotou na contenção do crescimento da despesa pública, para assim reduzir o défice orçamental, na qual se viu obrigado aprovar regras mais rigorosas (vd. supra, nota 6).

Tabela nº9- Número de Beneficiários das Prestações de Desemprego¹⁵

Coimbra	Nº de Beneficiários do Sub. Desemprego		Nº de Beneficiários do Sub. Social Desemprego	
	Média	%	Média	%
2009	7.476	22%	2.037	35%
2010	8.205	24%	1.828	31%
2011	8.191	24%	1.004	17%
2012	10.860	31%	1.020	17%

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

A redução dos beneficiários de Subsídio Social de Desemprego é visível também na tabela nº 9, tal como é visível o aumento do número de beneficiários do subsídio de desemprego.

Assim, em relação à evolução do número de beneficiários do subsídio de desemprego assiste-se a um aumento nos anos de 2009 para 2010, registando no ano de 2009 uma média de 7.476 e no ano seguinte um aumento de mais 729 beneficiários no distrito de Coimbra. Quanto ao ano de 2011 verifica-se uma ligeira redução quando comparado com o ano anterior, apenas menos 14 beneficiários do que o registado no ano anterior. Já em 2012 o aumento do número de beneficiários apurado no distrito de Coimbra foi de 10.860, o que traduz um aumento de 9% face a 2009.

¹⁵ As prestações de desemprego incluem neste estudo o Subsídio de Desemprego e o Subsídio Social de Desemprego

Este aumento de beneficiários do Subsídio de Desemprego no distrito de Coimbra combina com o aumento do desemprego resultado dos vários encerramentos de empresas que ocorreram no distrito assim como, da ausência de medidas concretas em defesa do emprego.

Tabela nº10- Taxa de Desemprego de Portugal

Taxa de Desemprego (%)				
	2009	2010	2011	2012
Portugal	9,5	10,8	12,7	15,7

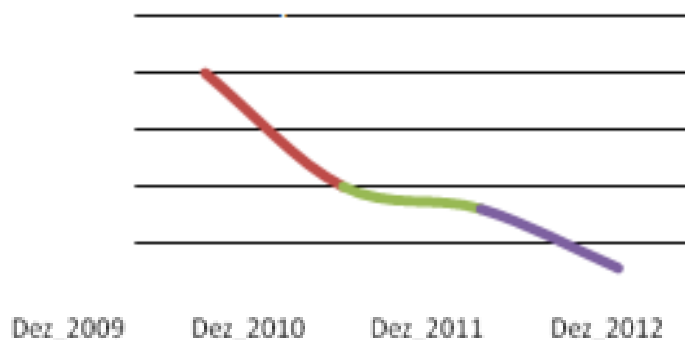
Fonte: PORDATA

Voltando a análise da diminuição do número de beneficiários do Subsídio Social de Desemprego (Gráfico nº13), é importante referir que apesar de medidas tomadas como em 2009 através do Decreto-lei nº68/2009, pelo qual o governo alargava o prazo de atribuição deste subsídio, salientam-se mais as alterações ocorridas desde daí e que permitem compreender melhor a redução de beneficiários. Assim, em 2010 sobressaem algumas medidas tais como, o fim da medida anti-crise que prolongava por seis meses o SSD; e a entrada em vigor de regras mais rigorosas na atribuição e manutenção do subsídio social de desemprego, como a Lei de condição de recursos em que alarga os rendimentos a considerar para a atribuição e manutenção das prestações de natureza não contributiva, como é o caso do SSD.¹⁶

Uma outra possível explicação da diminuição do número de beneficiários do SSD é a diminuição de requerimentos entrados no distrito de Coimbra. Isto significa que tem sido com pouco êxito que os cidadãos têm aderido a esta resposta, o qual se verifica no gráfico nº14.

¹⁶ Notícia do jornal económico: http://economico.sapo.pt/noticias/regras-do-subsidio-social-de-desemprego-apertam-na-segundafeira_95640.html

Gráfico nº 14- Variação dos Processos Entrados do Subsídio Social de Desemprego



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

Quanto aos requerimentos entrados que foram aceites, também se constata uma diminuição, particularmente no ano de 2009 para 2010, com uma redução de 18% de requerimentos deferidos o que revela a não eficácia desta medida no combate à pobreza no distrito de Coimbra.

Fazendo uma análise em termos de cortes na despesa, constata-se um aumento da taxa de indeferimento, com uma ligeira diminuição no ano de 2011. Os principais motivos de indeferimento apresentados são: a sobreposição de benefício; análise de situação mais favorável para beneficiário; desemprego involuntário e ainda o prazo garantia.

Relativamente ao número de processos anulados, constata-se grandes oscilações, sendo o ano de 2010 o que registou o maior número de processos cessados. Os principais motivos apontados para os processos terem sido anulados são: prazo de suspensão excedido; indeferimento da prestação requerida; reavaliação da condição de recursos; prescrição de prestação suspensa e atribuição de nova prestação.

Respostas sociais por população-alvo:

Neste tipo de resposta não me foi possível aceder a dados nos quatro anos, para conseguir fazer uma análise comparativa no distrito de Coimbra e averiguar se existiu um aumento de procura ou não.

3.2.2. Análise dos dados dos inquéritos aos principais agentes/parceiros destas medidas

Com o objetivo de conhecer a perceção dos representantes das entidades parceiras do distrito de Coimbra acerca do impacto da crise na procura de apoio social e de respostas institucionais no distrito de Coimbra, bem como compreender se existem novas estratégias implementadas ou a serem implementadas face ao contexto de crise, foram aplicados inquéritos junto de alguns elementos das entidades/instituições parceiras que intervêm no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social.

Assim o universo a inquirir, através de inquérito por questionário, englobou todos os representantes das entidades parceiras que estão mais envolvidos no trabalho de terreno, atendimento ou relações com as instituições, constituindo um universo total de aproximadamente 102 técnicos(as)/dirigentes. A identificação desta população foi feita com base numa listagem de contactos de todos os representantes das entidades parceiras, facultado pelo Centro Distrital de Coimbra. Através da qual se enviou email a pedir a colaboração.

Contudo o universo de estudo que pretendia abranger apenas englobou uma quinta parte dos representantes, tendo obtido um total de 20 inquéritos porque foi muito elevada a taxa de não resposta, apesar de muita insistência para que a adesão fosse em maior número, em que recorri a algumas estratégias de reforço como o envio de segundo email aos que não responderam no prazo estipulado dando-lhes uma segunda oportunidade para o fazer, e a contactos telefónicos reforçando a importância do mesmo.

Como o universo ficou muito além do esperado, este permite-me apenas usá-lo com carácter de um estudo exploratório.

As perguntas do inquérito foram maioritariamente fechadas contudo, existiram também perguntas abertas alusivas às estratégias implementadas e às novas a serem implementadas face ao contexto de crise, para que o/a inquirido/a tivesse a oportunidade de exprimir a sua opinião.

O inquérito estava dividido em cinco partes. Na primeira parte estavam colocadas questões que permitiram fazer uma caracterização sociodemográfica

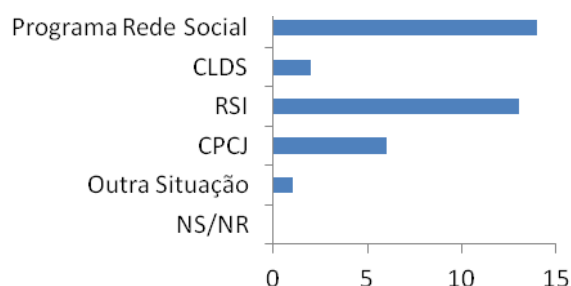
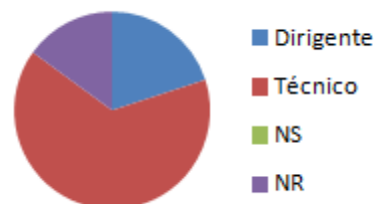
dos técnicos/as e dirigentes. Da amostra inquirida a grande maioria é composta por pessoas do sexo feminino (95%), correspondendo em números absolutos a 19 elementos. O sexo masculino é constituído por apenas 1 elemento, correspondendo a 5% da amostra.

Em termos de idade, a média de idades dos/as inquiridos/as é 38,1. Quanto ao grau de instrução, verifica-se que a escolaridade de todos os inquiridos é elevada, uma vez que todos revelaram possuir um curso superior.

Fazendo uma correlação entre estas duas variáveis conclui-se que as habitações elevadas pertencem ao género feminino, significando que a tendência do distrito de Coimbra é do aumento da escolarização da população do género feminino.

Em relação à entidade parceira que os/as inquiridos/as estão inseridos (gráfico nº15) refira-se que 60% dos/as inquiridos/as que responderam ao inquérito estão inseridos em mais de uma entidade parceira ao mesmo tempo. Salientado deste modo o Programa Rede Social reunindo quer as Plataformas Supra Concelhias e/ou os Conselhos Locais de Ação Social, os parceiros da medida do Rendimento Social de Inserção e/ou Núcleos Locais de Intervenção que abrangem áreas como o emprego, educação, saúde, habitação e o terceiro setor e ainda as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens aqueles que mais reúnem representantes de entidades e que aderiram responder ao inquérito.

Relativamente ao ano de adesão dos/as representantes à entidade parceira, para a maioria dos representantes a adesão ocorreu a partir do ano de 2000 inclusive. Do período de anos deste estudo, ou seja de 2009 a 2012 foram apenas quatro representantes que aderiram sendo dois deles no ano de 2010 e um em 2013. É de referir que alguns dos/as inquiridos/as não responderam a esta questão, contando com uma taxa de não resposta a rondar os 45%.

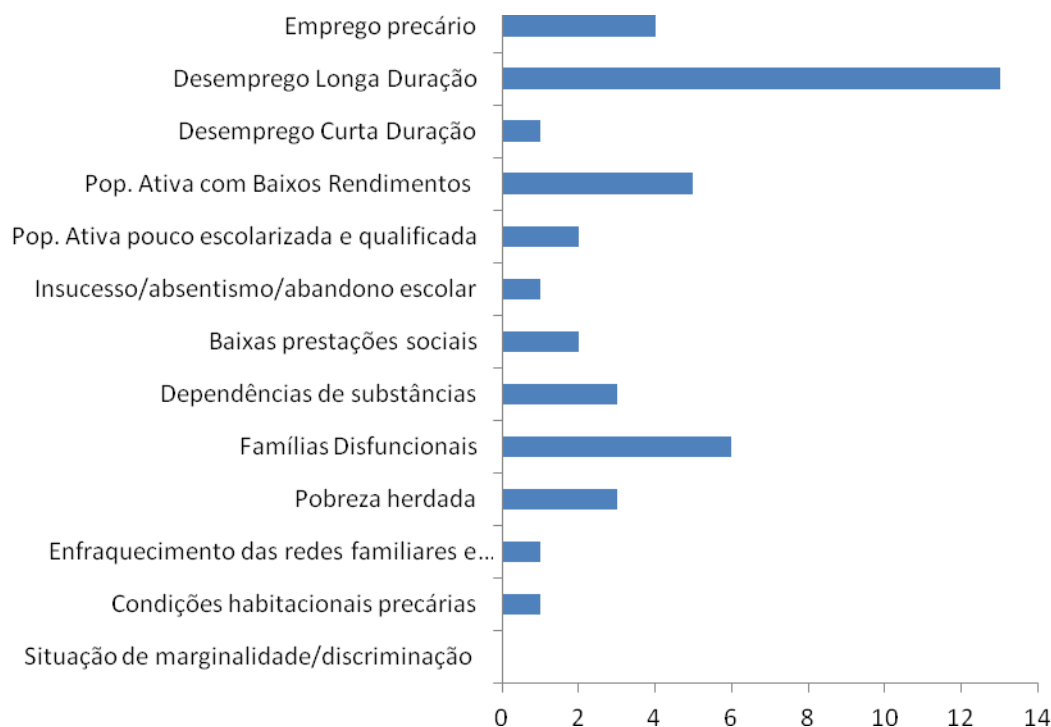
Gráfico nº 15- Entidade parceira**Gráfico nº16 – Nível Hierárquico na Instituição**

Quanto ao nível hierárquico dos/as representantes na instituição verifica-se através do gráfico nº 16, que os/as técnicos/as responderam em maior número (65%) em relação aos dirigentes foi apenas de 20%. É de destacar a taxa de não resposta de 15%. Sendo de referir que para estes técnicos/as e dirigentes o vínculo contratual com a instituição é de contrato de trabalho, acreditando que para muitos deles/as seja por tempo indeterminado.

Na segunda parte eram colocadas questões que permitiram compreender a perceção dos/as técnicos/as e dirigentes sobre as situações que melhor explicam a pobreza no seu distrito (Gráfico nº17) e quais as principais instituições que a combatem (Gráfico nº 18).

Da questão “diga quais os indicadores que melhor caracterizam as situações de Pobreza e Exclusão Social identificadas no distrito de Coimbra” era pedido que indicassem das opções apenas as três principais, das quais, o desemprego de longa duração, famílias disfuncionais, população ativa com baixos rendimentos de trabalho (salários) e o emprego precário foram as mais destacadas pelos representantes parceiros de combate à pobreza. Sendo de salientar que dos vários indicadores propostos para resposta (ver gráfico nº17) todos receberam pontuação o que difunde a ideia de que os técnicos não têm uma ideia exata e precisa das situações que explicam o fenómeno de pobreza no distrito de Coimbra. Apesar de saber à partida que cada técnico/a referiu-se as particularidades de cada local/concelho onde se situa a instituição parceira este poderá ser uma explicação para a dispersão nas respostas.

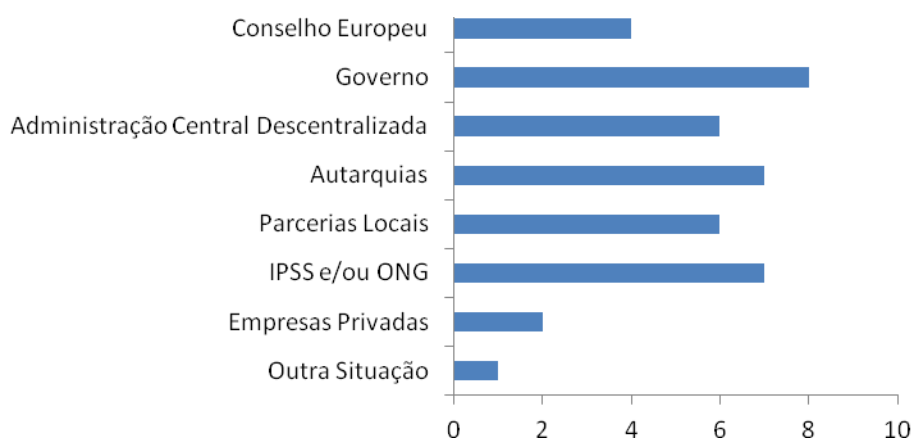
Gráfico nº 17 - Situações que explicam a pobreza no distrito de Coimbra¹⁷



Quanto às principais instituições que combatem a erradicação da pobreza no distrito de Coimbra (Gráfico nº 18) a opinião dos/as técnicos/as é muito dispersa. Só as empresas privadas foram as menos referidas seguidas do Conselho Europeu que através do financiamento de programas e projetos luta pela erradicação da pobreza. As mais referidas foi o Governo, ou seja o Poder Central através da implementação de programas e medidas de âmbito nacional; as Autarquias representando o Poder Local bem como as Instituições Particulares de Solidariedade Social e/ou Organizações Não Governamentais. As Parcerias Locais que integram as Plataformas Supra Concelhias, os Concelhos Locais de Ação Social, os Núcleos Locais de Intervenção, os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens entre muitas outras, assim como a Administração Central Descentralizada nomeadamente o Centro Distrital de Coimbra ficaram em posição intermédia, significando que não estão na linha da frente.

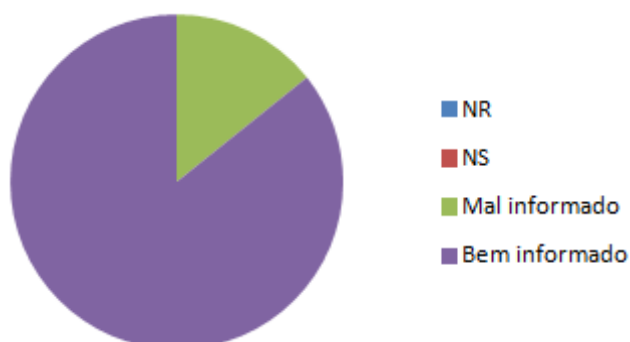
¹⁷ Indicadores retirados do questionário "A Rede Social e o Combate à Pobreza e Exclusão Social" em Vasconcelos, Cristina (2011:76)

Gráfico nº18 - Instituições competentes pela erradicação da pobreza no distrito de Coimbra



Na terceira parte pretendia-se conhecer se os inquiridos se sentiam bem ou mal informados acerca das principais respostas/medidas de política social geridas pelo ISS, IP. no seu distrito. E como se pode constatar no gráfico nº 19 para a maioria dos/as representantes sentem-se bem informados.

Gráfico nº 19- Perceção das principais respostas/medidas de Política Social

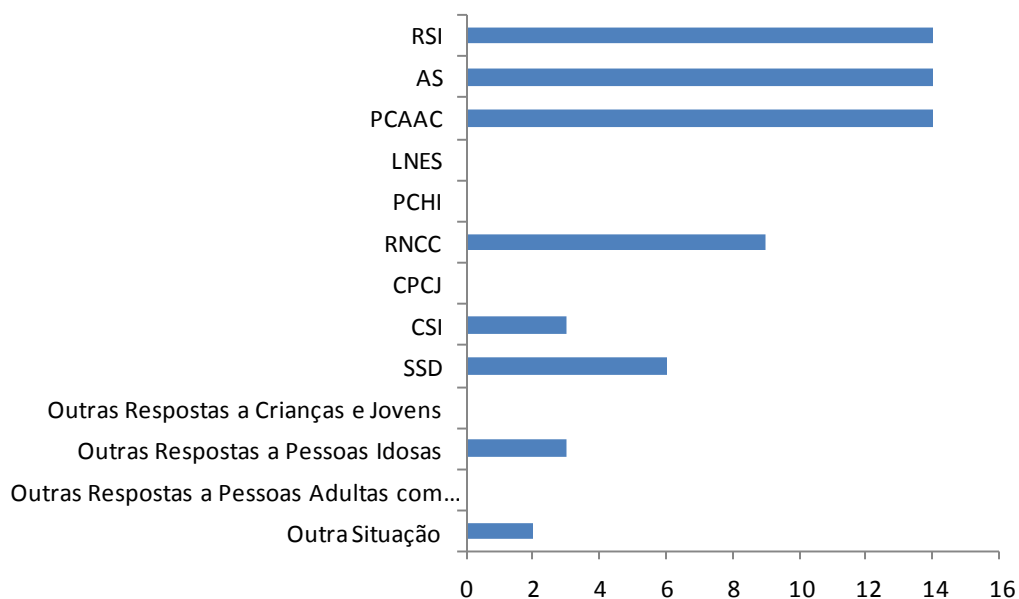


Na quarta parte eram colocadas questões para compreender a percepção dos/as técnicos(as)/dirigentes sobre o impacto da crise na procura dessas respostas/medidas no distrito de Coimbra. No qual todos os inquiridos responderam ter conhecimento de um aumento na procura de respostas para fazer face à situação de crise que o país atravessa. E as respostas mais citadas foram (Gráfico nº20) o Rendimento Social de Inserção, a Ação Social e o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados. Seguido de repostas como a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e o Subsídio Social de Desemprego. Ainda com algum, embora pouco, aumento de

procura os inquiridos salientaram o Complemento Solidário para Idosos, as Respostas Sociais para pessoas idosas e outras situações como a Loja Social e as Cantinas Sociais implementadas nalguns dos concelhos do distrito de Coimbra.

Respostas como a Linha Nacional de Emergência Social, o Programa Conforto Habitacional para Idosos e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens segundo a perceção dos inquiridos não foram consideradas que no atual contexto de crise se tivesse verificado um aumento de procura. Uma justificação plausível será o facto de no que refere à LNES esta ser de âmbito nacional e as instituições parceiras não possuíram dados para alegar um aumento de procura; quanto ao PCHI apesar de terem sido reabilitadas algumas habitações o número de pedidos de reabilitação possa não ter significado e por fim as CPCJ é surpreendente até porque houve técnicos/as da CPCJ que responderam ao inquérito e como os dados atrás permitem afirmar um aumento da procura não encontro uma justificação plausível para esta ser a perceção dos/as técnicos e dirigentes.

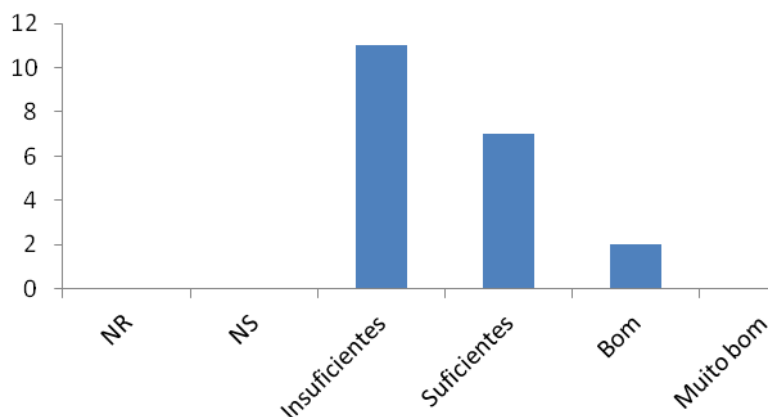
Gráfico nº 20- Respostas/medidas com aumento de procura nos últimos quatro anos (2009-2012), no distrito de Coimbra



Como, à partida, se suspeitava de um aumento da procura das respostas, pretendia saber como os/as técnicos/as e dirigentes das instituições parceiras classificavam as respostas/medidas de combate à pobreza no distrito de

Coimbra. Para a maioria dos inquiridos a classificação das respostas/medidas é insuficiente (55%), salientando que 35% considera serem suficientes.

Gráfico nº 21- Classificação das respostas/medidas de combate à pobreza no distrito de Coimbra



Na quinta e última parte pretendia-se apurar o tipo de estratégias que, estando a inquirir representantes de entidades parceiras com intervenção no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social era importante apurar o tipo de estratégias de “trabalho em rede” que poderiam ser desenvolvidas no distrito de Coimbra com o objetivo de minorar o impacto do atual contexto de crise. Mas era igualmente importante averiguar se existiriam estratégias já desenvolvidas ou a desenvolver na instituição que cada técnico/a e/ou dirigente representa.

Assim sendo os/as inquiridos/as apontaram algumas estratégias que pensam vir a desenvolver no distrito de Coimbra foram elas: reforço da oferta atual - como o continuar a apostar em instrumentos já lançados no terreno; diversificação da oferta; desenvolver parcerias/protocolos com outras e/ou entre instituições - de forma a uma melhor rentabilização de recursos; o reforço de laços de entajuda com a comunidade de vizinhança; captação de mais apoios - como o reforço de mais técnicos e ainda a quem aponte que não é possível fazer mais e melhor uma vez que as estratégias já estão definidas.

Em relação às estratégias já desenvolvidas nas instituições que os técnicos/as e/ou dirigentes representam foram: o reforço da oferta atual – aumentar a intensidade da oferta atual de modo a minimizar situações de carência

económica e social; captação de mais apoios – sobretudo de agentes estratégicos com vista à criação de mais postos de trabalho; diversificação da oferta – para promover a sustentabilidade do concelho; melhor gestão orçamental – sobretudo mais rigorosa; desenvolvimento de parcerias com outras instituições e a instituição já colabora com os vários programas de forma que já inquiridos/as que apontam que não é possível fazer mais e melhor.

Quanto às estratégias a desenvolver na instituição que representam foram: para aqueles que ainda não desenvolveram parcerias entre instituições, começar a desenvolver ou para aqueles que já as têm fortalece-las para aproveitamento de recursos existentes; reforçar a oferta atual - como o continuar a apostar em instrumentos já lançados no terreno; apostar na captação de mais apoios e para alguns não é possível fazer mais e melhor.

É de realçar que mais de metade dos inquiridos não respondeu a estas questões.

3.3. Novas estratégias implementadas face ao contexto de crise

O impacto da redução da provisão pública faz-se sentir nos serviços sociais que tem desencadeado o aparecimento de respostas de algum modo inovador (Hespanha, 2012:4) isto significa que não é só os grupos mais vulneráveis e frações mais ativas da sociedade que inventam novas respostas e reconfiguram o uso das respostas tradicionais, também as fontes de produção de bem-estar e proteção social, como os serviços públicos, reajustam-se à situação de crise. Exemplo disso são algumas das estratégias que foram implementadas pelo ISS, IP. para fazer face ao contexto de crise e de diminuição de recursos que o país atravessa.

Tomando como referência o objetivo estratégico do XIX Governo Constitucional, foram criadas novas respostas como o Programa Escolar de Reforço Alimentar (mais conhecido por PERA); a instalação do Programa de Emergência Alimentar – Rede Solidária das Cantinas Sociais, PAQPIEF e o Banco de Medicamentos.

Estas novas respostas foram uma estratégia de reforço das medidas de política social que se encontravam em vigor e que se revelaram por si só não suficientes para enfrentar as situações mais vulneráveis. Assim para reforçar uma intervenção mais eficaz, tendo em vista a maximização de recursos já existentes foi criado o Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que constituindo-se como uma resposta tem como objetivo suprir as necessidades alimentares dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de uma refeição diária gratuita. “Este Programa de Emergência Alimentar de conceção e execução do Instituto de Segurança Social, IP. abrangendo todo o território continental justifica a celebração de, pelo menos, uma convenção por concelho, com instituições que reúnem as condições adequadas ao mesmo, desde que selecionadas pelas respetivas entidades representativas, em articulação com os Centros Distritais do ISS,IP.”¹⁸

O projeto PERA é um programa escolar de reforço alimentar que funciona desde Setembro de 2012, e tem como objetivos: disponibilizar aos(as) alunos(as) em situação de carência alimentar, identificados(as) pelas escolas, uma primeira refeição do dia; e sensibilizar os(as) alunos(as) e as famílias para uma alimentação saudável e para a importância do pequeno-almoço tomado em casa.

Banco de Medicamentos Solidário entrou em funcionamento a 1 de Dezembro de 2012 e é um projeto que resultou de um Protocolo assinado pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social, a APIFARMA, o INFARMED e a União das Misericórdias. Através deste projeto, as empresas farmacêuticas podem dar a instituições sociais os medicamentos e produtos de saúde de forma a promover o acesso aos mais carenciados.

Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF (PAQPIEF) foi criado pela Portaria n.º 272/2012, de 4 de setembro, visa a promoção de respostas na área da inclusão social com vista a prevenir e combater as situações indiciadas e ou

¹⁸ Informação disponível em Protocolo de Cooperação (2012)

sinalizadas de crianças e jovens em risco de exclusão social, implica uma abordagem integrada, com medidas específicas, nomeadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono, absentismo e insucesso escolar.

Uma das estratégias implementadas pelo Centro Distrital de Coimbra como uma resposta para fazer face ao contexto foi a criação de um gabinete de programas com duas áreas de intervenção distintas: uma de planeamento, avaliação e assessoria técnica de carácter transversal e, uma outra, de acompanhamento e execução de projetos de desenvolvimento social, como Contratos Locais de Desenvolvimento Social; Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados; Programa Conforto Habitacional para Idosos; Programa Integrado de Educação e Formação/ Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF; Ajudas Técnicas; entre outros que venham a ser oportunamente integrados. Esta estrutura é delineada sob orientação do Diretor da Unidade de Desenvolvimento Social e Programas.

4. Estágio na Unidade de Desenvolvimento Social e Programas

4.1. O Núcleo de Intervenção Social

Primeiramente o núcleo que me acolheu para estágio foi o núcleo de intervenção social mas, com a remodelação de chefias e de cargos passei para a Estrutura de Apoio a Programas visto que a técnica que me orientou era uma das técnicas afetas a esta estrutura.

Durante o estágio desempenhei tarefas relacionadas com o programa Rede Social visto que a técnica que me orientou exercia a competência de interlocutora distrital para o Programa Rede Social. Deste modo, no âmbito da Rede Social, participei em algumas reuniões do Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social do concelho de Arganil e do concelho de Tábua, em que foram analisado e discutido o manual de procedimento da plataforma de atendimento/acompanhamento social integrado para posterior ser apresentado e aprovado pelo Conselho Local de Ação Social dos respetivos concelhos. Esta plataforma vai de encontro a uma das ações obrigatórias do programa Contrato Local de Desenvolvimento Social, mais precisamente ao eixo de intervenção familiar e parental, consistindo-se numa metodologia de intervenção de âmbito local, tendo em vista o exercício da ação social, nomeadamente no que se refere ao atendimento/acompanhamento social de indivíduos e/ou famílias em situação de pobreza e/ou exclusão social. O manual intitula-se de “Modelo de Intervenção Social Integrado” concebido no âmbito da Rede Social e do Contrato Local de Desenvolvimento Social que visa eliminar a sobreposição de intervenções sociais e potenciar os recursos locais, criando mecanismos de coordenação do trabalho desenvolvido pelos diferentes agentes, nomeadamente no que se refere ao atendimento/acompanhamento social de indivíduos e famílias com problemas sociais específicos. Este manual é uma espécie de protocolo assinado pelas entidades que aderirem à Rede Social e à estrutura da operacionalização do atendimento. Tem como objetivos principais: observatório social com uma vertente de registo e monitorização e uma outra de avaliação do impacto; a uniformização de procedimentos e ainda, a de rentabilizar os recursos. A coordenação deste modelo é da responsabilidade da

Segurança Social, contando com o apoio da Autarquia, Contratos Locais de Desenvolvimento Social e da Santa Casa da Misericórdia.

Tive a oportunidade de participar num seminário intitulado de “Rede em Prática”, subordinado ao tema “Avaliação do Programa Rede Social”, onde estiveram presentes representantes do Conselho da Europa assim como, representantes das várias estruturas da rede social, nomeadamente Conselhos Locais de Ação Social, Comissões Sociais de Freguesia, Comissões Sociais de Inter-Freguesia e Plataformas Territoriais Supra Concelhias. Este seminário ocorreu a nível nacional, e os seus objetivos consistiram: em apresentar algumas conclusões do estudo de avaliação do programa Rede Social; refletir alguns dos contributos diferenciadores e os impactos do programa Rede Social; debate das dinâmicas e tendências de evolução do programa Rede Social.

Particpei na visita de acompanhamento ao Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social de Arganil, que teve como objetivo a monitorização das ações obrigatórias que fazem parte integrante das normas orientadoras para a execução do programa.

Estive ainda presente nas reuniões das duas Plataformas Territoriais Supra Concelhias do distrito de Coimbra (Pinhal Interior e Baixo Mondego), em que foram debatidos diferentes assuntos como o Protocolo de Cooperação 2013-2014; a apresentação das metas/objetivos do Programa Rede Social para 2013, realçando a importância do Planeamento Estratégico promovido pelas Plataformas Supra Concelhias; e o reforço do papel da rede social de planeamento, baseado no Protocolo assinado entre o Estado Português e o Conselho da Europa, tendo como objetivo a exposição da “Metodologia SPIRAL”.

Particpei numa formação sobre a Plataforma Informática da Comissão de Coordenação do Centro intitulada de “DataCentro – Informação para a Região” promovida no Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra. Em que pude perceber a utilidade desta plataforma para os projetos e programas a desenvolver no futuro.

Participei na reunião do grupo operativo das Plataformas Supra Concelhias do Baixo Mondego e do Pinhal Interior, que teve como objetivo dar início ao processo de atualização dos instrumentos de planeamento supra concelhio, que perante o atual contexto, deverão constituir-se como elementos estratégicos de suporte à intervenção desenvolvida pelos diferentes atores locais no âmbito do combate à pobreza e exclusão e da promoção do desenvolvimento social.

Uma das tarefas rotineiras que desempenhei durante o estágio, relacionada com a Rede Social, consistia em consultar a base de dados – SESS para recolher e processar informação de algumas das medidas de política social, nomeadamente ação social e rendimento social de inserção, de modo a facultar dados para atualização dos diagnósticos sociais dos vários concelhos do distrito de Coimbra, o que proporcionou uma maior compreensão dos problemas sociais existentes em cada território, assim como das respostas para fazer face a estas problemáticas.

Com o estágio foi possível compreender/constatar o número elevado de processos que chegava diariamente ao serviço para os técnicos avaliarem, assim como o número de pedidos de ajuda (emergência social) que aumentava a dia após dia; conhecer as várias respostas existentes no concelho/distrito e de que forma estas se articulam entre si.

Conclusão

Do estágio curricular desenvolvido no Centro Distrital de Coimbra, no âmbito do Mestrado em Sociologia da FEUC, surgiu o presente relatório com o objetivo de entender como a crise económica e financeira que Portugal atravessa desde 2009 tem tido impacto nos serviços da segurança social, o que me permitiu conhecer a dinâmica do serviço e refletir como o conjunto de problemas oriundos da pobreza e exclusão social tendem a agravar-se em virtude da crise financeira do Estado.

É por as necessidades dos portugueses serem cada vez maiores que uma das conclusões a tirar do presente trabalho é que, a crise que Portugal esta a atravessar levou a uma procura acentuada em algumas das respostas/medidas de combate à pobreza e exclusão social, geridas pelo Centro Distrital de Coimbra desde 2009 a 2012. Esta conclusão foi possível extrair não só dos dados estatísticos que recolhi durante o estágio como também da perceção e do entendimento dos técnicos (através da análise dos inquéritos) que contactam diariamente com a realidade que Portugal enfrenta.

Os serviços da segurança social de Coimbra viram um aumento da procura em torno de dois fatores: em primeiro lugar, em resultado da redução ou a perda dos rendimentos das famílias, não só devido a perda de emprego mas também aos baixos rendimentos de trabalho (salários) da população ativa. E um segundo fator, as famílias disfuncionais, ou seja, famílias caracterizadas pela instabilidade quer na estrutura como nas relações, que enfrentam por isso diversas problemáticas o que requiere desde logo uma intervenção sistémica.

Uma outra das conclusões a reter é que este estudo veio confirmar a maior pressão da procura sobre todas as respostas públicas de combate à pobreza e exclusão social disponíveis no distrito de Coimbra. Contudo das medidas de política social apresentadas, elas apenas atingem os casos de extrema pobreza e não asseguram necessariamente aos cidadãos mais pobres uma saída dessa condição. Tal como Pedro Hespanha referiu apenas conferem uma expectativa de que, podendo, o Estado ajudará a suavizar a situação desses cidadãos. (2012:5)

Das medidas de combate à pobreza e exclusão social onde me foi possível aprofundar a análise em termos da oferta dos serviços da segurança social, tomando como indicador o número de requerimentos que foram aceites e os recusados, averiguou-se alguns cortes na despesa que atingiram e afetaram as respostas do serviço da segurança social, na medida em que menor número de cidadãos em risco pôde beneficiar de medidas/apoios face a crescente procura. Com isto é de realçar respostas como o Rendimento Social de Inserção, Linha Nacional de Emergência Social, Complemento Solidário para Idosos e Subsídio Social de Desemprego que viram uma diminuição de oferta devido aos cortes na despesa pública.

Na verdade, o contexto de crise que a realidade portuguesa atravessa explica a variação dos padrões sociais que foram assegurados ao longo destes últimos quatro anos. Em que os serviços sociais ao estarem a tentar incorporar as regras de contenção impostas pelo governo, ajustam os recursos à procura (Hespanha, 2012:1), e este trabalho veio confirmar que os cortes na despesa dos serviços da ordem dos 10% tiveram efeitos na oferta do serviço da segurança social uma vez que passaram a suportar cortes nalgumas respostas atingindo os pedidos de ajuda dos cidadãos e afetando o cumprimento das suas missões. (Hespanha, 2012:9)

Apesar de podermos concluir que a oferta não acompanhou a procura, uma vez que a procura aumentou e a oferta diminuiu, é de destacar que não só o serviço distrital de Coimbra mas o próprio ISS,IP., adotaram estratégias como o desenvolvimento de novas respostas, de algum modo inovadoras, neste período de crise (que foram relatadas em pormenor no ponto 3.3) que permitiu e continuam a permitir a que estes continuem a desempenhar a sua ação, com o objetivo de minorar o impacto da crise económica e financeira quer ao nível dos indivíduos e famílias mais atingidas pela crise.

Referências Bibliográficas

Amaro, Rogério Roque (Coord.) (2003), *A Luta contra a Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Experiências do Programa Nacional da Luta contra a Pobreza*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho.

Bruto da Costa, Alfredo (2007), *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.

Ferreira, Claudino (1994), *Pobreza, cidadania e desqualificação social*. Coimbra: FEUC

Giddens, Anthony (2007), *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Hespanha, Pedro (2012), “O (In)sucesso das políticas assistenciais: instituições e agentes”, in Adilson Gennari e Cristina Albuquerque (org.), *Políticas Públicas e Desigualdades Sociais: debates e práticas no Brasil e em Portugal*. São Paulo, Brasil: Cultura Académica, 147-161.

Hespanha, Pedro (2012), “A proteção social em risco. Impactos da crise nos serviços sociais públicos”, comunicação apresentada na/o Seminário O Futuro da Proteção Social, Coimbra, CES, 29 a 29 de setembro.

INE (2013), “Rendimento e Condições de Vida – 2012”. Página consultada em 6 de agosto de 2013, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUE_Sdest_boui=156015790&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.

João Ferreira de Almeida *et al.* (1992), *Exclusão Social – factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Jornal de Notícias (2012), “Linha Nacional de Emergência Social recebeu mais de 21 mil chamadas”. Página consultada em 19 de junho de 2013, disponível

em<http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=2301197&page=-1>.

Lourenço, Maria dos Prazeres (2005), *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal: uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza*. Lisboa: Direcção-Geral da Segurança Social.

Martins, Cristina (2011), “*Plano de Ação do ISS, IP*”. Lisboa: Gabinete de Planeamento do ISS, IP.

PORDATA (2013), “Taxa de Desemprego de Portugal”. Página consultada em 15 de maio de 2013, disponível em <www.pordata.pt>.

Rodrigues, Eduardo Vítor *et al.* (1999), “*A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal*”, in *Sociologia*, 9, 63-101.

Rodrigues, Eduardo Vítor (2010), “*O Estado e as Políticas Sociais em Portugal*”, in *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, pág. 191-230.

Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal: 1974-1988*. Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1993), “*O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português*”, in *Portugal: um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento.

Segurança Social (2011), “Relatório Global de Execução do Programa PCAAC de 2010 “. Página consultada em 19 de maio de 2013, disponível em <<http://www4.seg-social.pt/publicacoes?kw+=PCAAC>>.

Segurança Social (2012), “Apoios Sociais e Programas”. Página consultada em 19 de novembro de 2012, disponível em < <http://www4.seg-social.pt/>>.

Segurança Social (2012), “Protocolo de Cooperação 2011-2012”. Página consultada em 7 de fevereiro de 2013, disponível em <www.seg-social.pt>.

Segurança Social (2013), “Rede Social”. Página consultada em 16 de janeiro de 2013, disponível em <<http://www4.seg-social.pt/a-rede-social>>.

Segurança Social (2013), “Estrutura Orgânica dos Centros Distritais”. Página consultada em 17 de janeiro de 2013, disponível em <<http://web.seg-social.pt/inst.asp?02.01.01.01.07.07.02>>.

Segurança Social (2013), “Estrutura do Centro Distrital”. Página consultada em 17 de janeiro de 2013, disponível em <<http://web.seg-social.pt/inst.asp?02.01.01.01.07.07.01>>.

Vasconcelos, Cristina (2011) “*A Rede Social no Concelho de Ovar e a sua percepção do combate à Pobreza e Exclusão Social*”. Dissertação de mestrado em Política Social apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: ISCSP.

- **Legislação**

- Decreto-Lei nº115/2006, 14 de Junho
- Lei nº4/2007, 16 de Janeiro
- Decreto-lei nº68/2009, 20 de Março
- Decreto-lei nº83/2012, 30 de Março pela Portaria nº135/2012, 8 de Maio
- Decreto-Lei nº 133/2012, 27 de Junho
- Portaria nº272/2012, 4 de Setembro
- Deliberação nº132/2012, 18 de Setembro

ANEXOS

ANEXO I: Taxa de Beneficiários RSI

Unidade Geográfica	Taxa de beneficiários de RSI (%)			
	2009	2010	2011	2012
Total Distrito	2,7	2,7	2,3	2,2
Arganil	4,2	4,1	3,3	2,7
Cantanhede	2,2	2,4	2,2	1,8
Coimbra	2,6	2,7	2,4	2,6
Condeixa-a-Nova	1,6	1,9	1,7	1,5
Figueira da Foz	3,3	3,5	3,1	3,1
Góis	2,7	2,3	1,7	2,1
Lousã	3,2	3,2	2,7	2,1
Mira	2,4	3,0	1,8	1,3
Miranda do Corvo	2,7	2,3	1,9	1,6
Montemor-o-Velho	2,3	1,9	1,5	1,6
Oliveira do Hospital	3,7	3,2	2,2	1,8
Pampilhosa da Serra	2,3	1,7	0,9	1,0
Penacova	2,2	1,9	1,3	1,1
Penela	2,2	2,5	1,9	1,3
Soure	1,4	1,4	1,1	0,9
Tábua	4,1	3,7	2,9	2,8
Vila Nova de Poiares	5,3	4,8	4,4	4,0

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

ANEXO II: Beneficiários titulares de RSÍ por escalão etário, por Distrito

	<18 anos	18 a 24 anos	25 a 64 anos	>=65 anos
2009	0,0%	7,3%	89,2%	3,4%
2010	0,1%	7,2%	91,0%	1,8%
2011	0,0%	6,8%	92,1%	1,0%
2012	0,0%	6,0%	93,1%	0,9%

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

ANEXO III: Agregados familiares por tipo de família, por Distrito – RSI

	Isolado	Monoparental	Nuclear	
			C/ Filhos	S/ Filhos
2009	34,5%	22,4%	31,3%	11,8%
2010	36,8%	23,0%	30,3%	9,9%
2011	39,4%	24,1%	28,3%	8,3%
2012	41,4%	24,2%	26,6%	7,8%

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

ANEXO IV: Agregados familiares por dimensão da família, por Distrito - RSI

	1 pessoa	2 a 5 pessoas	> = 6 pessoas
2009	36,7%	59,8%	3,5%
2010	39,7%	56,8%	3,5%
2011	41,1%	54,9%	4,0%
2012	43,5%	52,8%	3,7%

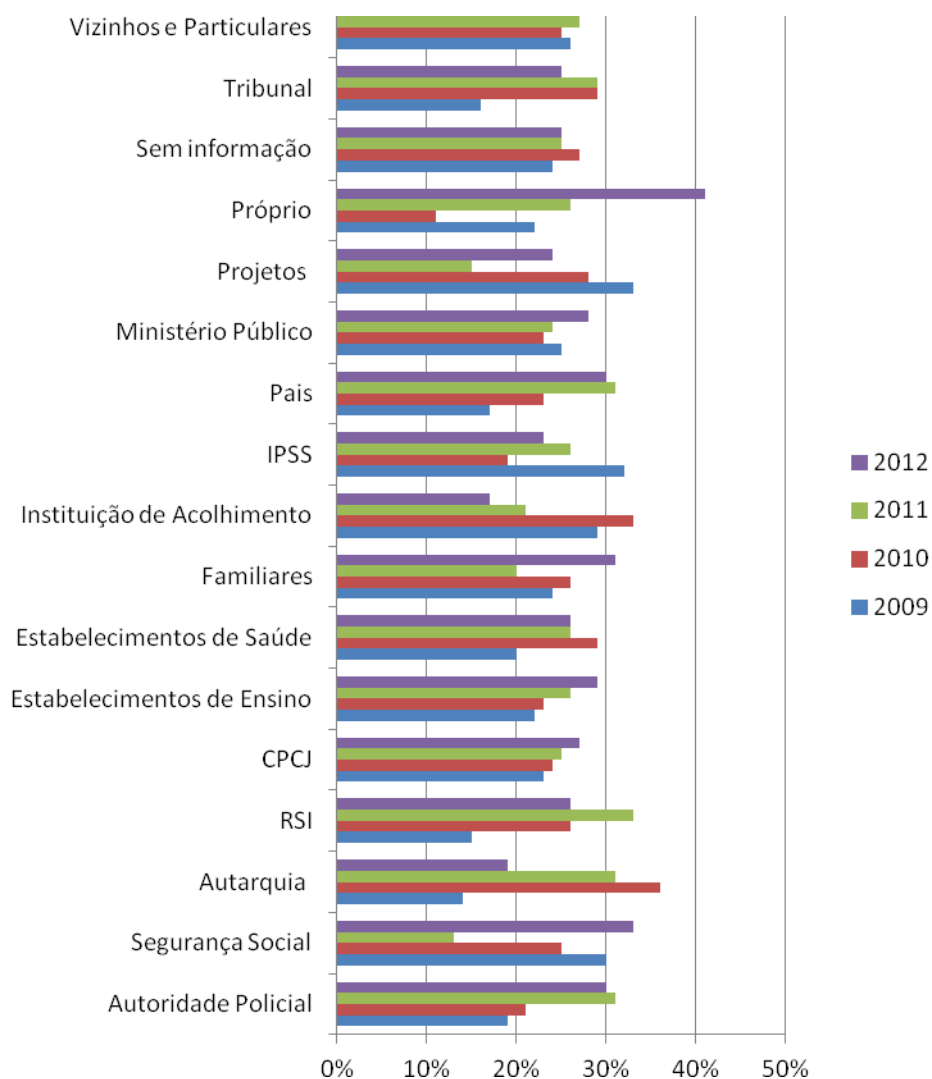
Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

ANEXO V: Agregados familiares por tipo de família, por Distrito – Ação Social

	Isolado	Monoparental	Nuclear	
			C/ Filhos	S/ Filhos
2009	39,7%	22,6%	25,2%	12,5%
2010	41,7%	21,5%	24,9%	11,9%
2011	43,6%	21,3%	24,6%	10,5%
2012	44,0%	20,8%	23,9%	11,2%

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

ANEXO VI: Nº de Sinalizações por entidades sinalizadoras das situações de perigo no distrito de Coimbra - CPCJ



Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

ANEXO VII: Guião de Inquérito

FEUC - MESTRADO EM SOCIOLOGIA

INQUÉRITO: SOBRE O IMPACTO DA CRISE NAS RESPOSTAS/MEDIDAS DE POLÍTICA SOCIAL GERIDAS PELO ISS, I.P., NO ÂMBITO DO COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Quest. n.º

Bom dia/Boa tarde. Sou estudante do mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e gostaria de pedir a sua colaboração num estudo que estou a realizar no âmbito do meu mestrado. Este estudo tem como objetivo avaliar o impacto da crise nas Respostas/Medidas de Política Social geridas pelo ISS, I.P., no âmbito do Combate à Pobreza e Exclusão Social. Toda a informação que prestar é confidencial e anónima, e nunca poderá ser identificada com a pessoa que a fornece. Agradeço muito a sua disponibilidade e colaboração.

I – Caracterização sócio-demográfica do/a inquirido/a

Começo por lhe pedir que responda a algumas perguntas sobre si.

1. **Sexo:** Masculino ₁ Feminino..... ₂

2. **Idade:** _____ N/R..... ₂

3. **Qual o seu grau de instrução? (o mais alto que completou)**

- Não sabe ler nem escrever ₁
Sabe ler e escrever mas não completou o 1º Ciclo do ensino básico (4ª classe) ... ₂
1º Ciclo do ensino básico (4º ano, 4ª classe) ₃
2º Ciclo do ensino básico (6º ano) ₄
3º Ciclo do ensino básico (9º ano ou 5º ano antigo liceu) ₅
12º ano (ou 7º ano do antigo liceu) ₆
Bacharelato ou frequência do ensino superior ₇
Completou um curso superior ₈
NS ₋₁
NR..... ₋₂

4. **Diga-me, em que entidade parceira está inserido/a:**

Programa Rede Social: Plataforma Supra Concelhia e/ou Conselho Local de Ação Social ₁

- Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social ₂
 Rendimento Social de Inserção/NLI (Emprego, Educação, Saúde, Habitação, Terceiro Setor)..... ₃
 Comissão Proteção de Crianças e Jovens ₄
 Outra situação. Qual? _____ ₅
 NS ₋₁
 NR ₋₂

5. Diga-me, por favor, o ano de adesão: _____ N/R ₋₂

6. Que função desempenha: _____ N/R ₋₂

7. Que nível hierárquico tem na instituição: _____ N/R .. ₋₂

8. Qual o vínculo contratual com a instituição:

- Contrato de trabalho ₁
 Prestação de serviço..... ₂
 Situação precária ₃
 NS ₋₁
 NR ₋₂

II – Combate à Pobreza e a Exclusão Social

9. Das seguintes opções, diga quais são as que melhor justificam as situações de Pobreza e Exclusão Social em que se encontram as pessoas do distrito de Coimbra:

(Indique apenas as 3 principais)

- Emprego precário ₁
 Desemprego de longa duração ₂
 Desemprego de curta duração ₃
 Baixos rendimentos de trabalho (salários) ₄
 Existência de uma população ativa pouco escolarizada e qualificada ₅
 Insucesso, absentismo e abandono precoce do sistema educativo ₆
 Baixas prestações sociais ₇
 Dependências de substâncias: Alcoolismo e toxicodependência ₈
 Disfuncionalidade e desagregação familiar ₉
 Pobreza herdada/ Fenómeno de transmissão intergeracional da pobreza .. ₁₀
 Enfraquecimento dos laços familiares e sociais ₁₁
 Condições habitacionais precárias ₁₂
 Situação de marginalidade e discriminação das minorias étnicas e população imigrante ₁₃
 Outra situação. Qual? _____ ₁₄
 NS ₋₁
 NR ₋₂

10. Na sua opinião, quais são as principais instituições competentes pela erradicação e pelo combate de situações de Pobreza e Exclusão Social no distrito de Coimbra?

(Indique apenas as 3 principais)

- Conselho Europeu (através do financiamento de programas e projetos) ₁
Governo/Poder Central (através da implementação de programas/medidas de âmbito nacional) ₂
Administração Central Descentralizada (nomeadamente Centro Distrital de Coimbra) ₃
Autarquias (Poder Local) ₄
Parcerias Locais (Plataformas/CLAS/NLI's/CLDS/CPCJ...) ₅
IPSS e/ou ONG..... ₆
Empresas privadas ₇
Outra situação. Qual? _____ ₈
NS..... -1
NR -2

III – Conhecimento e perceção das principais respostas/medidas de Política Social

11. Diga-me se sente bem informado/a ou mal informado/a acerca das principais respostas/medidas de Política Social geridas pelo ISS,IP. no distrito de Coimbra?

- Bem informado/a..... ₁
Mal informado/a ₂
NS..... -1
NR -2

IV – Perceção dos/as Técnicos/as sobre o impacto da crise na procura dessas respostas/medidas no distrito de Coimbra

12. Diga-me, por favor, se tem conhecimento de um aumento na procura de respostas para fazer face à situação atual de crise que o país atravessa?

- Sim ₁
Não ₂
NS..... -1
NR -2

13. Das respostas/medidas referidas diga-me aquelas que considera ter registado um maior aumento de procura nos últimos quatro anos?

- Rendimento Social de Inserção ₁
Ação Social..... ₂
Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados ₃
Linha Nacional de Emergência Social ₄
Programa Conforto Habitacional para Idosos..... ₅

- Rede Nacional de Cuidados Continuados 6
- Comissão Proteção de Crianças e Jovens 7
- Complemento Solidário para Idosos 8
- Subsídio Social de Desemprego 9
- Outras Respostas Sociais a Crianças e Jovens 10
- Outras Respostas Sociais a Pessoas Idosas 11
- Outras Respostas Sociais a Pessoas Adultas com Deficiência 12
- Outra situação. Qual? 13
- NS -1
- NR -2

14. Como classifica as respostas/medidas de combate à pobreza e exclusão social no distrito de Coimbra?

- Muito bom 1
- Bom 2
- Suficientes 3
- Insuficientes 4
- NS -1
- NR -2

V – Novas estratégias a serem implementadas, no distrito de Coimbra, face ao contexto de crise

15. Enquanto representante de uma entidade/ instituição com intervenção no âmbito do Combate à Pobreza e à Exclusão social, identifique algumas estratégias de “trabalho em rede” a desenvolver no seu território, com o objetivo de minorar o impacto do atual contexto de crise.

16. E neste contexto, identifique estratégias já desenvolvidas ou a desenvolver pela instituição que representa?

Muito obrigado pela sua colaboração.

ANEXO VIII: Análise de conteúdo – Inquéritos

- Grelha de categorização: Tipo de Estratégias

Categoria	Sub-categoria	Indicadores
Tipo de Estratégias	Tipo de estratégias de “trabalho em rede” a desenvolver no distrito de Coimbra	<ul style="list-style-type: none">• Reforço da oferta atual• Parcerias/Protocolos entre instituições• Diversificação da oferta• Reforço de laços de entreaajuda• Captação de mais apoios• Não é possível fazer mais e melhor
	Tipo de estratégias já desenvolvidas na instituição que representa	<ul style="list-style-type: none">• Reforço da oferta atual• Captação de mais apoios• Diversificação da oferta• Melhor gestão orçamental• Parcerias com outras instituições• Não é possível fazer mais e melhor
	Tipo de estratégias a desenvolver na instituição que representa	<ul style="list-style-type: none">• Parcerias entre instituições• Reforço da oferta atual• Captação de mais apoios• Não é possível fazer mais e melhor

- Análise de inquéritos

Sub-categoria	Indicadores	Nº Inquérito	
Tipo de estratégias de “trabalho em rede” a desenvolver no distrito de Coimbra	Reforço da oferta atual	5	“A cantina social, o PCAAC e os CLDS são instrumentos de trabalho no combate à pobreza e exclusão social”
	Parcerias/Protocolos entre instituições	10	“Protocolos de cooperação entre instituições que permita uma melhor rentabilização de recursos”
		17	“ Parcerias com Instituições de Solidariedade Social – apoios ao nível da alimentação a famílias carenciadas e apoio ao nível de transporte a essas mesmas famílias”.
18	“...trabalho em rede onde todos os parceiros devem estar voltados para o mesmo objetivo comum e não o que se continua a verificar com as capelinhas onde cada um está a trabalhar para o seu ‘umbigo’. Deve haver um trabalho articulado com os objetivos concretos e comuns onde todos podem contribuir para o desenvolvimento das populações e dos		

			territórios”.
Diversificação da oferta	10	“desenvolvimento de programas de apoio locais dirigidos à realidade do concelho”	
	12	“Alargamento da estratégia de trabalho em rede do terceiro setor, através da plataforma de atendimento integrado do concelho ao setor empresarial e ao setor primário”	
	17	“Conversa de Avós – Programa de atividade dirigido à população sénior do concelho. Visa a promoção da melhoria da qualidade de vida dos séniores, ofertando atividades que os mantenham ativos físico e mentalmente”.	
Reforço de laços de entreajuda	6	“fortalecendo laços com a comunidade de entreajuda e a cultura de vizinhança, no sentido de apoiar as populações desfavorecidas”	
Captação de mais apoios	13	“Haver mais técnicos a trabalhar nos Serviços Locais da Segurança Social, por forma, a ser	

			possível realizar um trabalho de maior acompanhamento das famílias”
	Não é possível fazer mais e melhor	8	“As estratégias estão definidas no âmbito da rede social, após identificação das principais problemáticas que foram identificadas pelos respetivos parceiros”.

Sub-categoria	Indicadores	Nº Inquérito	
Tipo de estratégias já desenvolvidas na instituição que representa	Reforço da oferta atual	17	<p>“O município criou um regulamento para estratos sociais desfavorecidos para minimizar situações de carência económica e social, no sentido em que as respostas de Política Social Nacional estão cada vez mais inacessíveis e redutoras”</p> <p>“Apoio Habitacional a famílias carenciadas – o município apoia ao nível de habitação famílias carenciadas ofertando materiais de construção ou realizando reparações necessárias para habitabilidade”</p>

		10	<p>“Tem havido alguma sensibilidade para as situações sociais das famílias das crianças que frequentam a nossa instituição (quer ao nível da revisão das mensalidades sempre que há motivos para isso, quer ao nível do prolongamento dos serviços de forma a permitir que os pais façam horas extraordinárias de trabalho, entre outras)”.</p>
	Captação de mais apoios	6	<p>“Promover a fixação de agentes estratégicos com vista à criação de postos de trabalho”</p>
		10	<p>“...aposta na qualidade e melhoria dos serviços como forma de cativar clientes e assim garantir a sustentabilidade da instituição.</p>
	Diversificação da oferta	6	<p>“Promover o turismo na Beira Serra”</p> <p>“Planear ações/atividades tendentes a promover o concelho (sustentabilidade)”</p>
	Melhor gestão orçamental	10	<p>“tem-se procurado ter uma gestão orçamental cada</p>

			vez mais rigorosa”
	Parcerias com outras instituições	6	“Parceiro ativo com a administração central”
	Não é possível fazer mais e melhor	5	“A instituição colabora com os vários programas no sentido de minorar os problemas que assolam as pessoas no seu quotidiano”

Sub-categoria	Indicadores	Nº Inquérito	
Tipo de estratégias a desenvolver na instituição que representa	Parcerias entre instituições	8	“Todas as ações possíveis para minimizar as situações de pobreza e exclusão social através de parcerias”
		11	“Parcerias criadas com outros serviços, nomeadamente saúde, escola, centro de emprego”
		6	“Fortalecimento de parcerias para aproveitamento de recursos existentes”
	Reforço da oferta atual	11	“PCAAC”

		18	“melhorar cada vez mais a prestação de cuidados de saúde da população, privilegiando e facilitando o acesso aos cuidados de saúde de forma mais racional com o objetivo de colmatar as necessidades sentidas pela população”
	Captação de mais apoios	6	“Procura de estratégias e soluções a nível macro para as necessidades e problemas; fortalecimento da coesão social concelhia”
	Não é possível fazer mais e melhor	5	“A instituição colabora com os vários programas no sentido de minorar os problemas que assolam as pessoas no seu quotidiano”
		7	“Todas as que são da responsabilidade de execução da segurança social”
		13	“O Centro Distrital de Coimbra está envolvido nas várias parcerias locais”